



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL DUARTE OLIVEIRA

DO LADO CERTO DA VIDA ERRADA:
A INFLUÊNCIA DAS MASCULINIDADES NO ALICIAMENTO DE JOVENS NEGROS
POR GRUPOS ARMADOS ILEGAIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Brasília
2021

RAFAEL DUARTE OLIVEIRA

DO LADO CERTO DA VIDA ERRADA: a influência das masculinidades no aliciamento de jovens negros por grupos armados ilegais no Brasil e na Colômbia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito e título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Ma. Marjorie Nogueira Chaves

Brasília
2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DO LADO CERTO DA VIDA ERRADA:

a influência das masculinidades no aliciamento de jovens negros por grupos armados ilegais no Brasil e na Colômbia

Rafael Duarte Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

Ma. Marjorie Nogueira Chaves

(Presidenta)

Me. Júlio César Lisboa de Lima Pereira

(Examinador)

Dr^a. Renata Melo Barbosa do Nascimento

(Examinadora)

“The ants and termites have renounced the “Hobbesian war”, and they are the better for it”.

(Piotr Kropotkin)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por tentar entender o tema dessa pesquisa, e pela calma transmitida durante sua elaboração.

Ao meu pai, pelos jantares a cada 50 livros lidos, e por tornar possível minha graduação na Universidade de Brasília.

À minha irmã, por, mesmo sem saber, traçar o rascunho de minha jornada como pesquisador.

A Arthur e Mariana, pelas perguntas, pela atenção, pela paciência e pela ajuda durante a elaboração dessa pesquisa.

À minha orientadora, Marjorie Nogueira Chaves, por abraçar um tema que me parecia impossível, me guiar mesmo antes de sabermos qual caminho seguir, e prover os instrumentos para tornar essa pesquisa muito mais rica.

RESUMO

O estudo das masculinidades mostra-se cada vez mais relevante às Relações Internacionais contemporâneas, e o fenômeno das Novas Guerras (MBEMBE, 2012; HUTCHINGS, 2008) demonstra a necessidade de compreendermos as masculinidades enquanto fenômeno social que articula-se com raça e classe social, se hierarquiza e complexifica. Assim, a presente pesquisa almeja, ao seguir o plano de fundo narrativo da obra *Falcão - Meninos do Tráfico* (BILL e ATHAYDE, 2006) e da monografia *¿Una Cuéstion de Machos?* (RUBIO, 2020), articulados com uma revisão de literatura, compreender como as masculinidades dos jovens negros aliciados a grupos armados ilegais no Brasil e na Colômbia influenciam seu envolvimento nessas, para, a partir desse estudo comparativo, melhor compreender a relação entre violência, guerra e a busca pela masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995).

Palavras-chave: gênero, masculinidades, tráfico de drogas, Novas Guerras, raça

ABSTRACT

The study of masculinities seems ever the more relevant to contemporary International Relations, and the phenomenon of the New Wars (MBEMBE, 2012; HUTCHINGS, 2008) demonstrates the need to comprehend masculinities as a social phenomena which articulates itself with race and class, hierarchizing and complexifying itself. As such, this research aims to, by following the narrative backdrop of the book *Falcão - Meninos do Tráfico* (BILL e ATHAYDE, 2006) and of the research *¿Una Cuéstion de Machos?* (RUBIO, 2020), articulated with a literary review, comprehend how the masculinities of young Black men involved with illegal armed groups in Brazil and Colombia influences this involvement, so as to, with this comparative study, better comprehend the relationship between violence, war and the search for the hegemonic masculinity (CONNELL, 1995).

Key words: gender, masculinities, drug trafficking, New Wars, race

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
CUFA	Central Única das Favelas
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
ELN	Exército de Libertação Nacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias Colombianas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBF	Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
ONU	Organização das Nações Unidas
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	10
1.	Contextualizando as Masculinidades: latinidades, diásporas e novas guerras.....	11
2.	Brasil: “Jovem, preto, novo, pequeno/Falcão fica na laje, de plantão, no sereno”.....	20
3.	Colômbia: “ <i>Un guerrillero sin honor no es guerrillero</i> ”.....	35
3.1.	O contexto histórico colombiano.....	35
3.2.	A Guerrilha: juventude, identidade e masculinidades.....	37
4.	Necropolítica, Novas Guerras e Masculinidades.....	47
5.	Considerações Finais.....	59
	Referências Bibliográficas.....	61

1. Introdução

Em 2006, MV Bill e Celso Athayde, em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA), produziram o documentário *Falcão - Meninos do Tráfico*. Projeto iniciado em 1998, *Falcão*, com título referente ao termo utilizado em favelas para se referir aqueles que vigiam seu território e alertam a presença de policiais e facções inimigas, almejava expor a realidade dos jovens nascidos e criados em favelas, com histórias semelhantes à do rapper MV Bill. Com uma perspectiva sóbria e hiperrealista, o documentário apresenta entrevistas com meninos envolvidos no tráfico, falando desde sua vida familiar, motivação para o ingresso nesses grupos em conflito com a lei, até seus desejos para o futuro.

Também em 2006 é publicado o livro de mesmo nome, com relatos pessoais sobre as dificuldades de gravação e produção do documentário, assim como entrevistas redigidas e apontamentos de cerne mais pessoal sobre o mundo do tráfico. É evidente, desde a proposta do projeto *Falcão* até a sua elaboração, com o contato dos autores com os rapazes e a empatia demonstrada durante o percurso, que a humanização daqueles sistematicamente desumanizados é o objetivo de Athayde e MV Bill. Nesse sentido, a presente pesquisa almeja, a partir das narrativas individuais apresentadas durante o projeto, criar uma ponte entre essas experiências e o conhecimento acadêmico.

Em contraste ao contexto brasileiro, explorar-se-á, também, o colombiano, e a relação dos jovens nacionais com grupos armados ilegais, com ênfase nas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Essa comparação entre duas nações latino-americanas, ambas profundamente afetadas pelo tráfico de drogas e grupos armados ilegais, busca a compreensão das dinâmicas sociais de gênero, raça e classe social a nível internacional, contrastando duas sociedades distintas e suas dinâmicas que, observasse, repetem-se de maneira consistente nesses territórios.

Com a análise comparativa de duas realidades latino-americanas e das relações entre latinidades e a diáspora negra e, adotando uma perspectiva interseccional (DAVIS, 2016; HOOKS, 1990; VIGOYA, 2018) conforme proposta pelo feminismo negro, será o objetivo do presente texto traçar o relacionamento entre as masculinidades e o envolvimento em grupos violentos, em particular no seu recrutamento, assim como essa relaciona-se com a raça e classe social desses jovens.

2. Contextualizando as Masculinidades: latinidades, diásporas e novas guerras

A masculinidade é, evidentemente, um fenômeno internacional, sem limitação territorial, econômica ou cultural. Apesar de seu impacto material, entretanto, as masculinidades, enquanto objeto de pesquisa, são ainda tema subexplorado. Por vezes, objeto de análises feministas, em particular em enquadramentos dicotômicos feminino-masculino, lacunas na compreensão da masculinidade em si mesma, sua influência e relevância, assim como as relações masculino-masculino, evidenciam o quão incipiente é o estudo dessa. É a partir do reconhecimento dessas ausências que a presente pesquisa almeja contribuir para o campo dos estudos de gênero e demonstrar sua relevância para o estudo das Relações Internacionais. (GUTTMAN, 2003).

Ao situarmos a presente pesquisa dentro do contexto latino-americano, almejamos contribuir para a compreensão teórica das expressões de masculinidades particulares de nosso território que, por muito tempo, foram, ora instrumentalizadas em discursos hegemônicos e colonizantes, ora objeto de essencialização biológica e cultural que limitavam a análise dessa como fenômeno social sujeito a transformações¹. Em acordo com o que apresenta Matthew Guttman (2003) acerca das tendências dentro dos estudos das masculinidades latino-americanas, o objetivo aqui é, por meio da integração de eventos observáveis, discursos e práticas, promover novos entendimentos dessas identidades dotadas de particularidades culturais e territoriais.

Nesse sentido, Mara Viveros Vigoya (2018), antropóloga colombiana e fundadora da Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia, argumenta em favor da exploração das expressões da masculinidade dentro da América Latina em seu livro *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América* (2018). Para a autora, a Nossa América, terminologia decolonial por ela adotada ao tratar da América Latina, é palco para diversas expressões de gênero extremamente complexas e texturizadas. As cores, então, não tratam-se apenas das questões étnico-raciais de uma sociedade por ela classificada como “pigmentocrática”, mas pelo atravessamento dessas com questões socioeconômicas, de classe e, claro, de gênero (VIGOYA, 2018).

¹ Ver *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. (VIGOYA, 2018)

Ainda sobre o enquadramento latino-americano e suas minuciosidades, Viveros Vigoya afirma em sua contribuição para a coleção *Changing Men and Masculinity in Latin America* [Mudando Homens e a Masculinidade na América Latina, tradução nossa]:

Em sociedades latino-americana - multiculturais, com uma grande variedade de classes sociais - vêm sendo necessário pensar sobre as diversas maneiras pelas quais as identidades masculinas são construídas em diversos setores sociais, grupos étnicos e contextos socioculturais (tradução nossa). (GUTTMAN, 2003, p. 06)

A autora encapsula, assim, a necessidade não apenas de estudos específicos e interseccionais, como também a pluralidade das expressões das masculinidades dentro de um território tão rico e diverso. Sua perspectiva aponta para a necessidade de análises territorializadas e bem contextualizadas, que integram-se às circunstâncias regionais e dialogam com a composição social a que se comprometem a pesquisar.

Assim justifica-se a limitação territorial da presente pesquisa, onde propomos o estudo dos casos específicos de duas nações latino-americanas: Brasil e Colômbia. A definição desses territórios, ainda deu-se pelo histórico de ambos os países em relação aos conflitos armados entre grupos ilegais e o Estado, sendo o objeto de estudo a que nos propomos a relação entre as masculinidades e o envolvimento nesses conflitos violentos. Dessa maneira, os conflitos nascidos do tráfico de drogas nas favelas brasileiras e os conflitos entre grupos guerrilheiros e paramilitares e o Estado colombiano mostram-se como casos de muito valor analítico e serão esses dois contextos os pesquisados aqui.

Se nos propomos, então, à adoção da perspectiva interseccional de Vigoya (2018), mostra-se necessária a consideração das questões étnico-raciais dentro do contexto latino-americano, e, em particular, sua influência nas dinâmicas sociais específicas da parcela populacional aqui estudada: meninos jovens, de regiões imersas em pobreza no Brasil e na Colômbia, que atuam dentro de organizações armadas ilegais. Primeiramente, sabe-se que a relação entre questões socioeconômicas e étnico-raciais é robusta, e que a discussão de classe sem considerações étnico-raciais é, não só incompleta, como ilusória. (CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2003; VIGOYA, 2018).

Assim, nos parece essencial a incorporação do pensamento afrodiaspórico, que parte do reconhecimento da importância do conhecimento orgânico para produção intelectual negra

(COLLINS, 2000; HOOKS, 1995). Essa proposta epistemológica entende que o intelectual negro, enquanto produtor dentro da academia, parte não apenas de uma base teórica científica como também de sua particularidade enquanto corpo negro, diretamente integrado aos discursos hegemônicos que o subjagam e/ou o constroem. Nessa conjuntura, sua contribuição enquanto pensador propõe uma ruptura não apenas nas características identitárias tradicionais dos pesquisadores a nível global, como, também, na forma como se produz o conhecimento fora dos eixos hegemônicos.

Sobre a construção do conhecimento colonizado e positivista que integram essa hegemonia a ser contestada, Clóvis Moura desconstrói de maneira exemplar a relação intrínseca entre a produção de conhecimento sociológico e antropológico e o racismo estrutural e hegemônico em seu livro *Sociologia no Negro Brasileiro* (2019). Sua obra, apesar de tratar especificamente desses campos do conhecimento, é sem dúvida muito mais abrangente, sendo passível de aplicação na crítica de qualquer área acadêmica.

Historicamente, argumenta Moura, o conhecimento positivista serviu propósitos imperialistas e neocoloniais, integrando discursos racistas à sua produção supostamente imparcial, racionalizando, assim, a percepção do negro enquanto inferior, passível de processos de aculturação e marginalização intelectual como forma de manutenção de uma perspectiva intelectual monolítica. O pensamento afrodiaspórico parte do reconhecimento da academia “tradicional” como instrumento de perpetuação do domínio colonial, estendendo-se do conceito da colonialidade do poder de Quijano (2005) e propondo o protagonismo do negro enquanto corpo político, intelectual e cultural. (GONZÁLEZ, 1988; GROSGUÉL, 2016; MOURA, 2019).

O pensamento afrodiaspórico, nesse sentido, é de suma importância para qualquer investigação que se comprometa não só com a interseccionalidade como também com a decolonialidade. Conforme resume o sociólogo Joaze Bernardino-Costa:

Tanto o projeto da decolonialidade quanto a tradição do Atlântico Negro não podem se perder em formulações genéricas, sob o risco de incorrerem não mais num universalismo abstrato, tal qual caracterizou a ciência moderno/colonial, senão em generalizações que colocam sob determinados guarda-chuvas experiências muito diversas. Da mesma forma que o substantivo América Latina é muito largo e esconde as experiências de intelectuais negros brasileiros, o mesmo vale para os estudos do Atlântico Negro. (BERNARDINO-COSTA 2018, p. 138).

Situar o presente estudo no contexto latino-americano representa uma tentativa de fuga desse universalismo, uma forma de reconhecer as especificidades dos casos aqui estudados como componentes de uma complexa estrutura social estabelecida desde a invasão deste território pela Europa. Reconhecer o entrelaçado do decolonialismo e do pensamento afrodiaspórico, enquanto alternativas não-hegemônicas à produção de conhecimento latino-americano, assim como nossas particularidades étnico-raciais, parece-nos essencial para elaboração dos argumentos dessa pesquisa.

Assim, localizado o presente estudo, algumas considerações acerca da questão das masculinidades, enquanto crescente campo de estudo, mostram-se imperativas para compreensão desse não apenas como contribuição ao (e do) pensamento feminista como, também, como importante ferramenta analítica das Relações Internacionais. Sobre a construção do pensamento latino-americano acerca da masculinidade, Viveros Vigoya (2003) afirma:

Apenas no fim dos anos 80 inicia-se a pesquisa que descreve homens possuindo e produzindo gênero na América Latina. Até aí, homens eram identificados como humanos em geral, e o privilégio masculino tornou o problema dos homens como tal invisível. O trabalho de feministas latino-americanas levou a muitos estudos sobre mulheres mas ignorou a perspectiva masculina porque apesar do fato dos estudos de Gênero na América Latina terem estabelecido a muito tempo a necessidade de enfatizar o aspecto relacional do conceito de gênero, a maioria desses estudos focavam sua atenção apenas em mulheres (tradução nossa). (VIGOYA, 2003, p. 27).

Aspectos da masculinidade latino-americana, como o machismo, entendido como fenômeno social particular desse território, ganharam atenção a partir dos anos 1990, com autores como Sócrates Nolasco (1993) e Rafael Ramírez (1993) debruçando-se sobre as crescentes modificações nos hábitos de homens latino-americanos, em particular em relação com o “auto-aperfeiçoamento” da figura masculina e da relação entre masculinidade e homofobia. Estudos como esses, apesar de essenciais para a compreensão das masculinidades e das relações de gênero, estabeleceram uma tendência dentro da academia latino-americana, que, argumentamos, sub analisa algumas questões que nos parecem essenciais para os estudos da masculinidade enquanto fenômeno social. (GUTTMAN, 2003; VIVEROS, 2000; 2003).

Como previamente mencionado, o impacto da masculinidade e sua influência sobre os homens é ainda pouco analisado, assim como os diálogos e conflitos entre diversas

expressões dessa (GUTTMAN, 2003). Raewyn Connell (1995) foi pioneira ao estabelecer o conceito de “masculinidades hegemônicas”, quase canônico nos estudos contemporâneos da masculinidade, onde atribui uma relação hierárquica às expressões dessa. Essa contribuição marca um novo entendimento das masculinidades, enquanto conceito maleável, aberto a mudanças e, ainda, sujeito a ambos dominação e subjugação.

Ainda, a relação entre o estudo das Relações Internacionais e o das masculinidades merece também apresentação. Relativamente jovem, essa conexão parte da integração dos feminismos às Relações Internacionais: Ann Tickner (1992), Sandra Whitworth (1994) Cynthia Enloe (2000) e Judith Butler (2003) são algumas das autoras que, a níveis variantes, introduzem o pensamento feminista como escola das Relações Internacionais. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics* [Bananas, Praias e Bases: Dando Sentido Feminista à Política Internacional, tradução nossa] (1990, 1ª ed.), de Cynthia Enloe, é considerada uma das principais obras da ainda insurgente Escola Feminista do campo das Relações Internacionais.

Nesse clássico, Enloe (1990) propõe, em termos concretos e diretos, que o pessoal e individual é também internacional. Questionando as Relações Internacionais tradicionais e suas limitações epistemológicas, assim como sua obsessão pela Guerra, enquanto fenômeno genuinamente internacional, Enloe ilustra, pela apresentação de diversas narrativas de mulheres afetadas pelas Relações Internacionais, como essas questões políticas possuem relevância localizada e subjetiva. Ainda, por meio da integração dos feminismos à sua análise, Enloe mostra como as mudanças sociais afetam (em muito) as dinâmicas internacionais, exibindo a importância política dessas movimentações a nível global.

O crescimento das contribuições teóricas aos feminismos dentro desse campo de estudos aponta para uma nova estrutura de pensamento das relações internacionais como sinaliza Fred Halliday (1988), a tradição acadêmica do foco nas questões de segurança e diplomacia serviram, por muito tempo, como obstáculo para introdução de questões consideradas contemporâneas. As Relações Internacionais, enquanto campo de estudos de relações a nível macro, assim, falharam em reconhecer a significância de processos sociais como o racismo e o sexismo no fazer política a nível global. Exemplo da novidade do tema no campo, a primeira agenda de Mulheres, Paz e Segurança foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas apenas em 2000.

O estudo das masculinidades, por vezes tido como dicotômico ao pensamento feminista, é, em verdade, um complemento ou extensão desse. Como coloca Matthew Guttman (2003), o estudo dos feminismos, assim como das relações de gênero são, e devem ser, colocados em diálogo entre si, sendo a prevenção do isolamento conceitual essencial para a produção de conhecimento plural e reflexivo da realidade contemporânea. Com isso, argumenta-se que o estudo das masculinidades latinoamericanas a que nos propomos funciona *dentro* do enquadramento da Escola Feminista das Relações Internacionais, e, por isso, serão utilizadas dentro da presente pesquisa teorias e contribuições do interdisciplinar e rico campo dos feminismos.

A partir do conceito dos *Manly States*, ou Estados másculos, proposto por Charlotte Hopper (2001), assim como das ideias de David DurietSmith (2018) e Kimberly Hutchings (2008) acerca das novas modalidades de guerra, nacionalismo e masculinidade, a importância do estudo das masculinidades para a área mostrou-se evidente. Em contraste, entretanto, notou-se a ausência de estudos aprofundados acerca das dinâmicas de gênero quando inseridas no contexto latino-americano e, em particular, sobre as masculinidades negras. Dessa maneira, integram-se as ideias supramencionadas à uma proposta de contextualização e contribuição a partir da realidade brasileira e colombiana.

Hutchings (2008) destaca-se ao posicionar as masculinidades e suas consequências como fator chave nas relações internacionais. Seu livro *Making Sense of Masculinity and War* [Fazendo Sentido da Masculinidade e da Guerra] (2008) objetiva compreender a relação entre masculinidade e guerra na sociedade moderna, desde o conceito das guerras Clausewitzianas² até as Novas Guerras. Para Hutchings (2008), existe uma tensão entre os argumentos causais ou condicionais (seria a masculinidade materialmente necessária para a guerra?) e os argumentos que entendem na masculinidade o conceito que torna a guerra aceitável dentro da sociedade moderna.

Hutchings (2008) se utiliza das ideias da professora Mary Kaldor para afirmar que as Novas Guerras tornaram confusas as distinções entre guerra e paz, militares e civis. Nesse argumento, a autora demonstra como as estruturas contemporâneas de conflito envolvem questões muito mais complexas e plurais do que as guerras interestatais Clausewitzianas,

² As guerras Clausewitzianas, conforme define Hutchings (2008), tratam-se de uma soma de ações, reações e decisões em um contexto instável, envolvendo o sócio-político e o operacional (com ênfase nas políticas estatais). Suas componentes essenciais seriam a violência, o ódio e a inimizade.

trazendo à tona questões identitárias e culturais. Ainda, apoiando-se sobre a obra de Cynthia Enloe (2000; COHN e ENLOE, 2003), Hutchings afirma:

(...) masculinidade no contexto militar opera como uma forma de intersecção de hierarquias, na qual a distinção hierárquica entre masculino e feminino sustenta outras hierarquias da vida militar. A análise de Enloe pode ser distinguida de argumentos feministas prévios, que tratavam a masculinidade como um conceito muito mais homogêneo (tradução nossa). (HUTCHINGS, 2008, p. 392).

Percebe-se, mesmo que de maneira indireta, o diálogo entre as ideias de Hutchings e de Connell (1995). O entendimento das questões hierárquicas, assim, evidencia-se como essencial ao estudo das masculinidades e, é dessa maneira, um pilar teórico de grande importância para a presente pesquisa. Ainda, é por meio do proposto por Kimberly Hutchings que fundamenta-se a proposta de análise comparativa dos contextos brasileiro e colombiano: os grupos armados ilegais aqui analisados, sejam as facções envolvidas no tráfico de drogas no Brasil, sejam os grupos guerrilheiros na Colômbia, em constante conflito com seus respectivos Estados, tratam-se, em última instância, de representações de conflitos caracterizáveis como Novas Guerras e, como tal, são passíveis, senão demandantes, de análise enquanto guerras de relevância global, masculinizadas e masculinizantes. Afinal, como afirma David Durietsmith (2018), a guerra é socialmente construída como um domínio masculino. (ENLOE, 2000; HOOPER, 2001; HUTCHINGS 2008).

O termo “Novas Guerras”, já mencionado algumas vezes, requer plena compreensão para contextualização de sua significância no presente estudo. Nesse sentido, Durietsmith (2018) conceitua as Novas Guerras como:

(...) a diversa gama de conflitos rebeldes que emergiram no Sul Global desde o final da Guerra Fria. Construindo sobre o entendimento de Kaldor (2012) das novas guerras, essas formas de conflito são caracterizadas por sua dependência em baixa tecnologia, combatentes irregulares, conexão com economias subterrâneas globais e sua ênfase em controlar a população civil e não em conquistas territoriais (tradução nossa). (DURIETSMITH, 2018, p. 2).

A partir dessa definição, percebem-se alguns pontos de interesse dentro desse conceito. Primeiramente, tanto Hutchings (2008) quanto Durietsmith (2018) sustentam sua análise nas ideias de Mary Kaldor e situam o fenômeno das Novas Guerras como pertencente ao Sul Global. Apesar disso, observa-se uma tendência em limitar tais análises ao Oriente

Médio, o sudeste asiático e aos conflitos étnicos no continente africano (ANAND, 2007; DURIETSMITH, 2018; HUTCHINGS, 2008; KALDOR, 1999). Dessa maneira, a territorialização desse estudo propõe a integração desse fundamento teórico à realidade latino-americana como maneira de extensão de sua aplicabilidade.

Sobre os aspectos particulares das Novas Guerras, como baixo nível tecnológico, combatentes irregulares, conexão com economias globais subterrâneas e o controle da população civil (DURIETSMITH, 2018), além das questões identitárias e hiper masculinizadas apontadas por Hutchings (2008), será objetivo da presente pesquisa apresentar a realidade dos conflitos relacionados ao tráfico de drogas no Brasil e os conflitos proporcionados pela guerrilha colombiana como representativos desses aspectos e, por consequência, efetivos exemplos das Novas Guerras em território latino-americano, ainda pouco explorado dentro desse campo epistemológico.

Imprescindível, também, é a contribuição de Achille Mbembe (2012) enquanto intelectual africano que introduz ao conceito das Novas Guerras, mesmo sem nomeá-lo, as perspectivas da biopolítica Foucaultiana. Ao autor, é evidente a relação entre a violência que integra a realidade da pessoa negra enquanto corpo inserido em uma sociedade racista e as novas modalidades de conflito. Em definição semelhante à de Durietsmith (2018), Mbembe afirma:

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. (MBEMBE, 2012, p. 141).

O autor integra, então, a compreensão da influência étnico-racial na composição desses conflitos: quem integra essas gangues, milícias e grupos armados, afirma Mbembe, são as pessoas negras. As vítimas das Novas Guerras, nesse sentido, possuem cor e classe específicas, percepção não reconhecida pelos proponentes previamente mencionados. Ainda, afirma o autor, a suposta paz usufruída pela população branca e abastada a nível internacional trata-se, para a população negra, de uma guerra sem fim. (MBEMBE, 2012).

A compreensão das Novas Guerras, enquanto fenômeno social e também componente das Relações Internacionais justifica, também, a seleção dos casos a serem aqui estudados: no

Brasil, os jovens negros que entram para o tráfico de drogas e, na Colômbia, os jovens negros e eurameríndios³ recrutados pelos grupos armados ilegais, entre eles as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Contextos ao mesmo tempo distintos e semelhantes, ambos tratam-se, como será demonstrado, de conflitos duradouros, violentos e marcadamente masculinos, onde fatores socioeconômicos servem como motor para o recrutamento e a masculinidade como sustentáculo de seus combatentes.

Apresentadas as principais bases e influências teóricas dessa pesquisa, percebe-se a necessidade de algumas considerações acerca da metodologia e estrutura a serem aqui utilizadas. Conforme previamente mencionado, vide Guttman (2003) e Enloe (2000), o emprego de elementos individualizantes e narrativos, como a emoção e a ilustração de práticas e costumes, vêm sendo recurso de notável importância para os estudos de gênero. A ilustração dos impactos sociais das Relações Internacionais, assim como dos conflitos étnico-raciais e de classe na vida de indivíduos, é uma metodologia não apenas comum, mas respeitada dentro desse campo, capaz de evidenciar as relações entre micro e macro de forma clara e humanizada.

É devido a isso que serão adotados textos que apresentam testemunhos e entrevistas com os jovens aqui pesquisados como principal fio condutor de nossa pesquisa, que não apenas exemplificam e esclarecem sua atuação dentro das organizações que integram, como também os individualiza e humaniza. Para o contexto brasileiro, o livro *Falcão: meninos do tráfico* (2005), do rapper MV Bill e do ativista Celso Athayde servirá como fio condutor das discussões sociais e suas consequências no cenário das Relações Internacionais. Além do recurso testemunhal, censos demográficos, o Atlas da Violência e outros documentos com referências quantitativas servirão como base de sustentação dos argumentos propostos pela narrativa de Bill e Athayde.

Já no contexto colombiano, a tese *¿Una cuestión de machos? Reproducción y exacerbación de las masculinidades de adolescentes en los grupos armados ilegales del conflicto colombiano entre 1999 - 2009* [Uma questão de machos? Reprodução e exarcebção das masculinidades de adolescentes em grupos armados ilegais do conflito colombiano entre

³ Ver *Can Ethnicity Replace Race? Afro-Colombians, Indigeneity and the Colombian Multicultural State* (NG'WENO, 2008).

1999 - 2009, tradução nossa] (2020), de Rommel Rojas Rubio, da Escola de Estudos Gênero da Universidade Nacional da Colômbia servirá como instrumento científico e testemunhal. Com entrevistas com ex-combatentes dos principais grupos armados ilegais colombianos, a etnografia de Rubio permite um panorama geral da realidade desses jovens. Em diálogo com este, a apresentação histórica da composição da nação colombiana e desses grupos armados, além da incorporação de dados censitários e outras informações pertinentes, busca a efetiva contextualização e compreensão das questões de gênero dentro do país.

Por fim, nos propomos a analisar por meio do método comparativo como os dois casos apresentados se relacionam entre si e como ambos dialogam com a questão das masculinidades enquanto fator essencial para sua manutenção. Integrando ambas as análises, estabelece-se um escopo latino-americano, onde diálogos de nossa masculinidade podem ser evidenciados e sua influência, enquanto fator social, pode ser compreendida.

3. Brasil: “Jovem, preto, novo, pequeno/Falcão fica na laje, de plantão, no sereno”⁴

Em um primeiro momento, parece essencial a exposição da conjuntura brasileira, assim como a definição das figuras que constituirão o objeto de estudo dessa pesquisa: os meninos jovens e negros que integram as facções criminosas em operação nas favelas brasileiras. Ao configurarmos os conflitos contemporâneos consequentes do tráfico de drogas como “Novas Guerras” (DURIETSMITH, 2018, HUTCHINGS, 2008) e a participação desses jovens como fenômeno social de extrema relevância, a compreensão das motivações por trás desse envolvimento parece essencial para entendimento dessas.

A obra do *rapper* MV Bill e do ativista Celso Athayde é uma extensão do projeto *Falcão: Meninos do Tráfico*, que durou quase uma década. Ambos homens negros, criados dentro de favelas brasileiras, os autores alcançaram relevância nacional discutindo a influência do crime e da pobreza em sua juventude. A proposta do projeto *Falcão*, que resultou também no documentário de mesmo nome, é acompanhar diversos jovens envolvidos no tráfico de drogas dentro das favelas brasileiras. Com sensibilidade e reconhecimento, Bill e Athayde buscam, por meio de entrevistas, dar espaço para que esses meninos exponham sua história, seus sonhos e seus arrependimentos.

⁴ MV Bill, 2006.

Devido à natureza do projeto, as entrevistas mostram-se, por vezes, extremamente perigosas, e durante as numerosas passagens do livro, Bill e Athayde narram encontros violentos com a polícia e momentos de muita tensão com integrantes de facções criminosas. Consequência disso é a ausência de identificações durante as narrativas: apelidos ou números substituem nomes, e a idade dos entrevistados é ponto marginal, algumas vezes estimado pelos autores, mas nunca determinado. Contudo, e, provavelmente, não intencionalmente, a ausência de dados concretos exemplifica a natureza da vida desses meninos. São anônimos, numerosos, invisíveis e, parece, substituíveis: sua morte não é notícia e sua vida não é serena. Nem extensa. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Na passagem “A Vida Imita a Arte Que Imita a Vida”⁵, Celso Athayde descreve um jogo organizado pelas crianças de uma das comunidades que visitou com MV Bill. Athayde especifica que, no dia da entrevista, Bill pediu para que fosse sozinho, pois não possuía condições psicológicas de o acompanhar, exemplificando a taxaço física e mental do trabalho a que se propõem. Como é tipicamente o caso, Athayde identifica o jovem que entrevista por meio de um apelido, “Vampetinha”, e não especifica idade ou localização do ocorrido. Essa dualidade entre intimidade e distanciamento serve um papel importante, visto que a exposição desses jovens tanto para seus “superiores”, outros núcleos do tráfico ou a polícia representa um perigo extremo para eles. Nesse sentido, frisamos mais uma vez que a ausência de informações como idade dos entrevistados na presente pesquisa não representa sua supressão, mas uma consequência das preocupações dos autores. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Enquanto entrevista Vampetinha, Athayde acompanha uma brincadeira que consiste em, essencialmente, simular uma boca de fumo. O autor descreve como as crianças que observa parecem imitar um núcleo do tráfico, onde os personagens são líderes de facção, traficantes, falcões e outras peças chave das operações do tráfico. Eventualmente, o entrevistado se levanta, querendo entrar na brincadeira, que chama de polícia e ladrão, e convida Athayde para acompanhá-lo.

Nessa brincadeira, as crianças carregam drogas de mentira, fumam folhas de eucalipto enroladas em papel e dão continuidade a operações de forma extremamente semelhante ao observado pelos autores quando visitam traficantes. Athayde, claramente perturbado, assiste as crianças carregando armas idênticas às de verdade, enquanto Vampetinha esclarece que

⁵ ATHAYDE e BILL, 2006. P. 169.

sabe os perigos do crime e que não possui interesse de se envolver com ele. Paradoxalmente, pouco depois afirma que a brincadeira é uma maneira de manter-se “preparado”. As crianças seguem o teatro, contabilizando dinheiro falso, vendendo pacotes de eucalipto, até que começam a gritar, afirmando que identificaram um X9⁶, e, então, é montado um complexo teatro onde familiares do menino imploram por sua vida e o próprio X9 clama por perdão, até o ponto em que as crianças se afastam do grupo, afirmando que irão atear fogo no amigo para “não gastar bala”⁷. Alguns capítulos adiante, Athayde tenta proteger um jovem falcão de outros membros de sua facção, após o rapaz adormecer durante seu turno. Apesar de sua intervenção, o menino é queimado vivo.

Na mesma passagem, Athayde aponta que não entendia o que significava “cultura da violência” até assistir a brincadeira⁸. Traçando uma comparação entre a brincadeira descrita e uma criança rica que vai ao teatro assistir uma peça do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, o autor demonstra perfeitamente como se constrói a juventude dentro das favelas, e como a trajetória dos rapazes entrevistados se diferencia do que muitos consideram uma infância comum. Narrativas como essa são apenas alguns dos exemplos de como o dia-a-dia dessas crianças é submerso no tráfico e na violência. Assim como qualquer outra criança que veste as roupas dos pais ou fingem cozinhar, simulando o que observam à sua volta, esses jovens, muitas vezes, convivem com um outro mundo, sendo natural que suas brincadeiras de faz-de-conta reproduzam esse ambiente no qual estão inseridos (FREITAS, 2005).

Vale ressaltar que os próprios garotos entrevistados por Athayde e MV Bill afirmam repetidamente que a realidade do tráfico, o acesso a drogas (muitos dos meninos fumam o chamado “veneno”, mistura de maconha e cocaína) e a amizade com traficantes servem como influência para o ingresso nessa atividade. Apesar de conhecerem as consequências de seu envolvimento, esses meninos entendem no tráfico uma das únicas possibilidades de renda, dada sua pouca escolaridade e sua posição social marginalizada, e seu contato prévio com esse mundo serve como facilitador. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Consoante a socióloga brasileira Marialice Foracchi (1965; 1982), a categoria “juventude”, apesar de não dispensar outras características como classe, raça e gênero, é, por si mesma, uma de profunda complexidade sociológica. Marcada pelo processo transformativo

⁶ Termo utilizado frequentemente em referência àqueles que traem ou deduram sua facção.

⁷ ATHAYDE e BILL, 2006, p. 176

⁸ ATHAYDE e MV BILL, 2006. P. 169

e decisório, esse período influencia de forma definitiva a vida de todos os indivíduos. Trata-se de um momento onde o autorreconhecimento e a consciência de si em relação ao mundo tomam corpo, e, dessa forma, as influências externas e os instrumentos que encontram-se à disposição desse jovem tornam-se protagonistas de seu futuro.

A juventude, então, é um dos pontos centrais a serem avaliados na presente pesquisa, pois constitui não apenas parte essencial da identidade do grupo examinado, mas representa também o período constitutivo de suas vidas, que acaba por determinar o futuro desses rapazes. Meninos negros, nascidos em diversas comunidades pobres pelo Brasil, o contato desses com o tráfico é diário, normalmente representado por pais, tios e amigos que já estão envolvidos no tráfico, e parece representar uma antítese à busca pela formação no ensino médio e ingresso no ensino superior, a única opção para aqueles que abandonam os estudos. (FORACCHI, 1965; 1982; FREITAS, 2005).

A menção de pais e figuras masculinas, entretanto, tende a limitar-se: segundo o Censo Escolar promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em 2011, 5,5 milhões de crianças brasileiras não possuem o nome do pai na sua certidão de nascimento, número esse que não contempla, entretanto, o abandono parental, além de pais que foram presos ou mortos. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Data Popular (2015), 20 milhões de mulheres, cerca de 31% de todas as mães brasileiras, são mães solo. A antropóloga Camila Fernandes expõe em seu artigo *A Força da Ausência* (2021) como a ausência da figura paterna é uma constante nas favelas do Rio de Janeiro, imbuída na cultura sexista presente por todo o país. Fernandes evidencia as narrativas de abandono das figuras masculinas, além de como as mulheres se organizam para cuidar dos filhos sozinhas, as redes de contato que desenvolvem enquanto mães solo, além de repetidas passagens que evidenciam a ausência de responsabilidade dos homens para com seus filhos. É mediante essa ausência que, novamente, o mundo do tráfico atua como substituto: são comuns narrativas onde líderes de facções locais assumem um papel paterno em relação aos meninos, sendo uma das únicas figuras masculinas em suas vidas, frequentemente oferecendo conselhos, oportunidades e, por vezes, amizade. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Assim, é evidente que quando precisam de remédios, de dinheiro emprestado, de proteção, ou, em suma, qualquer ajuda imediata, os meninos se voltam para conhecidos envolvidos no tráfico: o aspecto informal do trabalho, o imediatismo das recompensas e a proximidade com ele servem todos como facilitadores. São muitos os entrevistados que

mencionam já haverem “ajudado” facções em trabalhos não violentos, e essa atuação parece servir como um ponto de partida para seu envolvimento. Inicialmente agradecidos pela ajuda, os meninos acabam retornando, de novo e de novo, e, conseqüentemente, seu envolvimento passa a ser cada vez mais perigoso. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Apesar de não especificarem a idade, é possível, em geral, classificar os rapazes em dois grupos: alguns são, de fato, crianças, por volta dos 10 anos de idade, com menos contato com o tráfico e envolvidos com atividades não-violentas, como levando encomendas de um local para outro, compartilhando recados, e até vendendo drogas em bocas de fumo, porém, tendo uma atuação intermitente e distanciada. Já o segundo grupo é composto por adolescentes e jovens adultos, efetivamente parte do tráfico, envolvidos em conflitos, portando armas de fogo, lidando com policiais e outras facções. Não obstante, todos eles demonstram desejo de abandonar essa vida, entendendo em seu trabalho algo impermanente e indesejado. O tráfico parece uma constante precária: presença incessante que, ao mesmo tempo, é percebida como sazonal, temporária. (ATHAYDE e BILL, 2006).

Ainda, quando trata-se das conseqüências do tráfico, dados referentes às mortes por homicídio no país refletem qual a parcela da população que mais é afetada pela violência que esse origina: segundo o Atlas da Violência 2020, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 53,3% das mortes por homicídio correspondem à faixa etária entre 15 e 29 anos, sendo o homicídio a principal causa de morte da juventude masculina. Contemplando a raça das vítimas, outro elemento essencial na presente pesquisa, 75,5% das mortes por assassinato tem como vítima pessoas negras. Esses dados ilustram o quanto a violência está presente na vida de homens jovens e negros. Conforme sintetizam Joseph Murray, Daniel de Castro Cerqueira e Tulio Kahn em seu artigo *Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors* [Crime e violência no Brasil: Revisão sistemática de tendências temporais, taxas prevalentes e fatores de risco]:

No Brasil, vítimas de homicídio são, provavelmente, jovens, homens, negras e com poucos anos de educação formal, como evidenciam as seguintes estatísticas. Em 2009, as taxas de homicídio de pessoas do sexo masculino (51.1 por 100,000) era mais de 10 vezes as do sexo feminino (4.3 por 100,000). Essas taxas eram mais altas para a população negra (34.6), depois indígena (32.5), branca (16,3) e, por fim, de pessoas de descendência asiática (6.8) (tradução nossa). (MURRAY, CERQUEIRA e KAHN, 2013, p. 474).

A escolaridade dessa população é um ponto de extrema importância para compreensão de seu envolvimento com o tráfico, visto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 4 em cada 10 jovens negros não completaram o Ensino Médio e a evasão escolar nas favelas do país é o dobro do observado no território brasileiro como um todo (IBGE, 2016). Apesar do acesso à educação não necessariamente mudar de acordo com a raça, é fato que, em regiões de maioria negra, como nas favelas e periferias, a infra-estrutura das escolas públicas é extremamente precária, além da juventude negra consistentemente apresentar acompanhamento curricular atrasado para idades correspondentes, visto que, por sua composição sócio-econômica, são muitos os jovens negros que precisam trabalhar desde cedo, sendo a instabilidade em seus lares e menos acesso à material escolar e incentivo para continuidade de sua educação, também, fatores de extrema importância (IBGE, 2016). Soma-se aos fatores econômicos o racismo institucional que permeia o sistema educacional brasileiro, servindo como grave desestímulo a esses jovens (GIUGLIANI, 2014; SOARES e ALVES, 2003).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (...)”. A falta de suporte observada na juventude negra, habitante de favelas brasileiras evidencia não apenas uma ineficácia do Estado em suas expressões não-violentas nesse ambiente, como também manifesta a hierarquia social brasileira e a maneira como questões raciais dialogam com a busca pela educação, questões que serão exploradas ainda por essa pesquisa.

Assim, a busca por carreiras formais torna-se extremamente difícil: sem formação superior, sem reservas econômicas e com pouquíssimo incentivo social, esses jovens negros possuem pouca capacidade competitiva em um mercado de trabalho já averso à sua existência. Consequentemente, o envolvimento no tráfico transforma-se numa opção extremamente viável, quando a alternativa é, na verdade, a fome. Aliando essa falta de opções com a proximidade desses jovens com o tráfico, é evidente que a decisão da entrada para facções e grupos armados é, ao mínimo, previsível. Esses rapazes, que cresceram em profunda pobreza, possuem a necessidade de empregos com compensação rápida, visto que, muitas vezes, apresentam a necessidade de pagamento de dívidas ou até mesmo para compra de alimentos. Já acostumados com a violência que os cerca, familiarizados com pessoas

envolvidas com o tráfico e com escolhas extremamente limitadas, a decisão que tomam é, quase sempre, entre *algo* ou nada.

Quando questionado sobre essa escolha, um falcão relata a Athayde que, quando possuía 10 anos de idade, levou um tapa no rosto de um policial que, conforme ele afirma, “criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa vida que eu tô *{sic}* agora, a vida do crime, do lado certo da vida errada” (ATHAYDE e BILL, 2006, p. 78). Aos 14 anos, o menino decidiu entrar para o tráfico, nutrindo uma mágoa não apenas em relação à polícia, mas também a si mesmo, afirmando diversas vezes que a vida que leva faz 8 anos não é aquela que desejava. Infelizmente, essa vida indesejada é, frequentemente, a única: dos 17 meninos entrevistados e acompanhados por Athayde e Bill, apenas um ainda está vivo quando concluem o projeto. Segundo o Mapa da Desigualdade, em São Paulo, a expectativa de vida dentro das favelas é 23 anos menor do que a média brasileira (Banco Mundial, 2018).

No primeiro semestre do ano de 2020, 3.148 pessoas foram mortas pela polícia no Brasil⁹. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 8 em cada 10 dessas vítimas são negras, evidenciando a frequência de ocorrências como a relatada pelo Falcão agredido por um policial. A violência policial é um fator frequentemente mencionado pelos entrevistados e a dualidade entre as facções e o corpo policial estende-se muito além dos conflitos armados: a polícia é, também vista como um inimigo dos habitantes de favelas, e, em especial, dos habitantes negros. (DAVIS, 2003; ATHAYDE e BILL, 2006).

Estas duplicidades em conflitos parecem um fator constante na construção da identidade desses rapazes. A obra interdisciplinar *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008), de Frantz Fanon, é uma das mais profundas explorações dessa dualidade inerente à identidade negra, seja a nível literário, filosófico ou científico. Apesar de focar, essencialmente, no contexto francês e martiniquense, a extensão de sua análise aplica-se indiscutivelmente à realidade brasileira atual, afinal, conforme questiona o próprio autor “Existe então uma diferença entre um racismo e outro? A mesma queda, o mesmo fracasso do homem não podem ser encontrados em ambos?” (FANON, 2008, p. 86).

Elaborando parte de sua obra debruçando-se sobre a ideia da inferioridade, Fanon (2008) explana como a identidade negra vê-se reconstruída diante do Outro que a presencia:

⁹ Levantamento realizado pelo G1, com base em dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados.

em essência, as condições de sua existência modificam-se, sendo uma faceta a do negro em relação ao branco e outra, a do negro em relação a outros negros. Trata-se do fenômeno da cissiparidade, conceito chave na obra de Fanon e de importância imensurável para melhor entendimento das dinâmicas raciais analisadas aqui. É possível, inclusive, extrapolar essa concepção introduzida pelo autor: as condições de sua existência modificam-se, também, diante do Estado, e, evidentemente, diante dos agentes estatais, especificamente a polícia. Nesse sentido, a compreensão do impacto da cor nas relações sócio-econômicas aqui apresentadas é essencial, se não imprescindível. (FANON, 2008).

Fanon, no entanto, limita sua análise às questões raciais, sem desenvolver críticas relacionadas a gênero. Em diálogo que expande as concepções propostas por Fanon na década de 1960, bell hooks, em seu livro *We Real Cool: Black Men and Masculinity* [Somos Muito Legais: Homens negros e Masculinidade, tradução nossa] (2004), dedica um capítulo de sua exploração da masculinidade negra ao seu conceito da chamada “Cultura Gangsta”. Existe uma distinção importante entre a masculinidade negra e a masculinidade branca, afirma hooks, e a base dessa distinção é o fato de que a masculinidade negra é fruto de resistência. Durante o período segregacional nos Estados Unidos, por exemplo, os valores familiares e as dinâmicas sociais eram extremamente distintas entre comunidades negras e brancas, e

Um número significativo de militantes do *black power*, homens e mulheres, eram da primeira geração de jovens negros a serem parte de universidades predominantemente brancas. Nesses ambientes, muitos de nós aprendemos pela primeira vez que os valores como honestidade, integridade e justiça nos ensinados por figuras maternas e paternas em mundos negros não eram os valores que levavam ao sucesso no mundo em que havíamos entrado, o mundo *mainstream* da cultura branca (tradução nossa). (HOOKS, 2004, p. 17).

Desse conflito surge uma dissonância na maneira como comunidades negras, particularmente homens negros, inseriram-se na sociedade capitalista que não buscava sua integração, significando salários mais baixos, menor acesso à educação e a isolamento sócio-econômico, representada pelos bairros exclusivamente negros, nos Estados Unidos. Apesar da análise especificamente estadunidense por parte de hooks, a relação do Brasil com a raça não parece tão divergente: 70% da população das favelas paulistas é negra (IBGE, 2016), e 70,8% dos brasileiros que vivem em extrema pobreza são negros (ONU, 2016). Essa

distinção de classe é frequentemente acompanhada pelo racismo, refletindo-se não apenas na alienação da população negra como também na sua relação com a economia e com o mundo do trabalho.

Como argumenta hooks (2004), apesar de, inicialmente, o trabalho “honesto” haver sido uma fonte de honra e orgulho imensurável para a comunidade negra, as dificuldades encontradas durante a procura por trabalho, assim como o racismo constante sofrido em ambientes majoritariamente brancos e a discriminação salarial quando já empregados, tornaram necessária uma reformulação naquela percepção (HOOKS, 2004). É dessa reformulação que surge a cultura “Gangsta”: a necessidade patriarcal de sustentar não apenas a si mesmo, como também sua família, combinada à cultura capitalista, levou a uma suposta desmoralização do homem negro. De certa forma, sua dignidade, supervalorizada durante o período segregacional, foi substituída pela necessidade de sobrevivência, e, assim:

O desenvolvimento de uma vibrante, porém mortal economia de drogas surge na vida negra e é aceita precisamente por ser uma arena de trabalho sem lei onde o dinheiro - muito dinheiro - pode ser adquirido. Unicamente posicionado para aceitar a desvalorização da ética de trabalho, homens negros, cuja força de trabalho havia ajudado na construção do capitalismo avançado nessa sociedade, nunca haviam recebido um salário suficiente para sua sobrevivência (tradução nossa). (HOOKS, 2004, p. 19).

Já no capítulo *Schooling Black Men* [Escolarizando Homens Negros, tradução nossa] (2004), hooks discute como a criança negra e pobre é tipicamente vista como “não ensinável” e como a tendência em ambientes acadêmicos, do jardim de infância ao ensino superior, é a supressão da intelectualidade negra, julgada como hiper-agressiva e, por vezes, desnecessária. Essa argumentação é essencial para a compreensão dos dados referentes à evasão escolar e as disparidades no nível de ensino entre brancos e negros no país que foram aqui apresentados. Tal supressão e os obstáculos materiais necessários para sua concretização, argumenta hooks, consiste em nada menos que um genocídio cultural. (HOOKS, 2004).

Alan Ribeiro (2012), em sua exploração da obra de bell hooks¹⁰, sumariza o estereótipo do homem negro em dois aspectos chave: a exarcebação físico-genital e a incompletude intelectual. Assim, o homem negro pouco escolarizado passa a ser a regra e o intelectual negro, a exceção, sustentando a figura do negro *gangsta* de hooks, ou seja, o negro

¹⁰ *Blackness: Identidade, Racismo e Masculinidades em bell hooks*, 2012.

não intelectualizado, grosseiro e até criminoso. Acerca da influência dessa associação, hooks aponta:

Enquanto ouvimos frequentemente sobre o homem negro privilegiado assumido um estilo de *gangsta-boy* dos guetos, nós raramente ouvimos sobre a pressão que sentem pelas pessoas brancas de provarem que são “negros de verdade”. É comum, em ambientes educacionais predominantemente brancos, homens negros (...) querem parecer inofensivos, não ameaçadores, e para isso, eles tem que engajar aqueles ignorantes, os dizendo “eu não acredito que sou igual a você. Apesar de ser educado, eu sei que você pensa que sou um animal em meu coração (...)” (tradução nossa). (HOOKS em RIBEIRO, 2012, p. 09).

Nesse sentido, a masculinidade e identidade desses jovens negros pode ser vista como uma série de negativas: sua raça não é a negra, mas sim a não-branca, sua masculinidade parte de uma luta contra a feminilidade, sua existência não é mera existência, mas resistência. Se discordam das expectativas implantadas socialmente, tem sua identidade deslegitimada, e se as realizam, são bestificados. Sua identidade, nesse sentido, é construída com base em estereótipos, seja por sua negação, seja por sua conformidade. (CONRADO e RIBEIRO, 2017).

A normalização desse comportamento estereotipadamente hiper agressivo, que tokeniza e celebra o crime, permeia o discurso dos jovens entrevistados por Celso Athayde e MV Bill, mesmo quando envolvida em culpa ou arrependimento. Um dos entrevistados, identificado como “Menor 3”, é perguntado se gosta de “andar com bandido”, e responde que sim, elaborando “(...) Porque muitas pessoa gosta *{sic}* de esculachar os menor *{sic}*, tá ligado? Mas quando a gente começa a andar com os bandido, começa na vida do crime, eles vão tudo afrouxar *{sic}* pra cima dos menor” (2005, p. 135). O menino faz malabarismo no sinal e afirma que, quando crescer, quer ser bandido, “porque sim” (*ibid*, p. 135).

Percebe-se nesse discurso, ao mesmo tempo, uma reatividade inata à identidade do homem negro (hooks, 2004). Sua agressividade, ou, até, sua suposta masculinidade, identificada pela força, brutalidade e virilidade, serve como proteção, dialogando com a realidade imersa em violência que esses meninos habitam. Ainda, é clara a tentativa de se auto-afirmar, de estabelecer-se como perigoso e, em última instância, poderoso. (ANAND, 2007; CONNELL, 1995).

Comportamentos como esse evidenciam o fenômeno da exarcebação físico-genital: o homem negro é visto como maior, mais forte, mais poderoso que o homem branco, e, por consequência dessa suposta virilidade e superioridade, é intelectualmente inferiorizado. Assim, o envolvimento desses rapazes em atividades criminosas que exigem características tão fortemente associadas à masculinidade negra, como força bruta, coragem e energia aponta para um esforço para manutenção de seu próprio valor como homem negro, cumprindo um dever socialmente imposto, mesmo que velado. (RIBEIRO, 2012; CONRADO e RIBEIRO, 2017).

Athayde, inclusive, aborda a ideia de que o crime é a possibilidade de ascensão social dos negros, mas, curiosamente, a rejeita: “Hoje, os *playboys* estão entrando e tomando conta do crime. Em pouco tempo, eles serão os donos dos morros e, aí, até a tese de que o crime é uma das poucas formas de mobilidade social possível para os pretos, também vai cair por terra.” (ANAND e BILL, 2006, p. 119). As consequências da hierarquização racial permeiam até espaços julgados, primeiramente, como de maioria negra. Na mesma passagem, intitulada *O Berço do Crime*, Athayde conclui: “ninguém cria facção criminosa para ser soldado dela. (...) A nossa sorte e nosso azar é que a sociedade e os Falcões estão tão sem tempo, que têm que trabalhar e muito nas padarias da vida ou nas bocas de fumo desesperadamente para não morrerem de fome” (*ibid*, p. 126).

A multiplicidade e complexidade dos fatores contribuintes para a constituição da figura quase mitológica do traficante no Brasil são intimidadoras, mas sua compreensão permite a visualização de um quadro que repete-se, que permeia a vida desses homens: são homens negros, nascidos e criados em favelas pelo Brasil, julgados como intelectualmente incapazes devido à sua cor da pele, desensativados a dar continuidade à sua formação. Diante de sua inadequação inorgânica, estruturada sobre o genocídio cultural propagado pelo racismo, são forçados a adaptar-se ao estereótipo já muito conhecido do homem negro: brutos, violentos, irracionais. O envolvimento com o crime, assim, torna-se conveniente não apenas economicamente, quando excluídos do mercado de trabalho tradicional, como condizente com a imagem do homem negro construída no imaginário branco e colonial. O *gangsta* de bell hooks, nesse sentido, é resistente, imponente e subjugado: resiste pois existe, constitui sua própria economia, persiste em integrar-se, independente da maneira como o faz, impõe-se como forte, viril, poderoso e é subjugado, pois a ele não é permitida a escolha de qualquer outro modo de vida. (HOOKS, 2004).

Sobre as dinâmicas raciais específicas ao Brasil, a Doutora Sueli Carneiro se utiliza da perspectiva do feminismo negro em seu livro *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011), uma análise extremamente detalhada e cuidadosa, que parte da relação do país com a escravidão e estende-se até os esforços insurgentes de combate ao racismo no século XXI. Institucionalmente, alguns passos significativos foram tomados, apesar de não necessariamente correspondentes à intensidade da luta contra o racismo: a promulgação da Lei nº10.639/2003 que altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura negra e afro-brasileira no currículo nacional e a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)¹¹ são alguns exemplos.

Evidentemente, isso não significa que o racismo não é, ainda, um aspecto persistente e pernicioso da sociedade brasileira. Como demonstra Carneiro (2011), a prevalência de discursos racistas na mídia, a divergência trabalhista e salarial (em particular quando trata-se de mulheres negras), a alienação territorial e educacional são apenas alguns exemplos da continuidade dessa violência. A atuação estatal, frequentemente representada nas favelas como ações violentas, destrutivas, iluminam a profundidade de um problema longe de ser individualizado (CARNEIRO, 2011; FERNANDES, 2020).

Sobre essa relação estatal com o racismo, a construção de Achille Mbembe (2016) acerca do conceito de biopolítica de Foucault é emblemática. Denominada “Necropolítica”, a ideia consiste no entendimento dos processos políticos e sócio-econômicos como constituintes de uma ordem soberana que determina quem vive e quem morre: em resumo, a soberania dos Estados contemporâneos é constituída pelo direito de matar. Para Mbembe, a política da raça ou mesmo o racismo em si, está intrinsecamente ligada à política da morte. A escravidão é utilizada como momento histórico exemplar dessa biopolítica, pois retira a individualidade e a liberdade do indivíduo negro, torna-o morto em vida. (MBEMBE, 2016).

Ao contextualizarmos o conceito de Mbembe diante da presente pesquisa, é evidente a relação com o tráfico, e, mais especificamente, com a guerra às drogas, pois, como aponta o autor,

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas

¹¹ Iniciativa do Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção de serviços de saúde para a comunidade negra

que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. (*ibid*, p. 141) .

É possível, assim, entender nos processos aqui identificados, uma movimentação proposital, com a morte deixando de ser apenas uma consequência e passando a ser um objetivo. A violência que permeia a vida desses jovens negros, sua alienação, sua exclusão das trajetórias sociais tradicionais montam um percurso pré-ordenado, com destino já conhecido. É importante, no entanto, dissociar essa percepção do determinismo que essa parece refletir: esses rapazes possuem agência e compreensão de suas decisões, o que resulta numa dinâmica quase paradoxal, onde optam por uma vida que entendem ser destrutiva e perigosa para que, ao menos, possam viver, ou melhor, sobreviver. Os entrevistados frequentemente constroem seu discurso sobre esse paradoxo: a violência é, ao mesmo tempo, grotesca e mundana, sua pele é fonte de orgulho e dor, e eles querem ser respeitados, temidos e amados (ATHAYDE e BILL, 2006).

Mbembe, ainda, dialoga com as perspectivas das Novas Guerras ao introduzir o novo formato de conflitos nacionais, que operam não sob a identidade de Estados, mas de grupos individuais. A partir desse conceito, é possível compreender a relevância desses conflitos a nível global, e o quão complexas são as articulações sociais que tornam possível o envolvimento de uma larga quantidade de rapazes em atividades criminosas. Hutchings (2008), que possui como objeto de estudo o movimento jihadista na Indonésia, reproduz, ainda, algumas das mesmas movimentações sociais observadas no Brasil. Para a autora, os discursos que defendem o envolvimento de jovens em conflitos violentos sustentam-se sob uma reforma em suas identidades e ambições: antes focados no estudo e trabalho, os meninos, já marginalizados, passam a preocupar-se com a proteção de uma comunidade e de seu próprio grupo. Essa violência, essa participação em conflitos, argumenta Hutchings, representa a substituição das ambições masculinas. Mais do que uma questão ideológica ou nacionalista, que marcaram as guerras pré-Guerra Fria, as Novas Guerras baseiam-se na performance de uma masculinidade destrutiva. (HUTCHINGS, 2008).

As masculinidades marginalizadas, evidentemente, permeiam a obra de Athayde e Bill. Na passagem *Pó de Dez*, os autores narram um encontro com um rapaz, enquanto Athayde assiste uma partida de futebol durante uma visita a uma favela. O menino se aproxima com curiosidade, se lançando em frente à lente da câmera que o ativista carrega.

Ele é um Falcão e conta que se juntou ao tráfico pela promessa de dinheiro, apesar de estar consciente dos perigos de sua função. Quando Athayde pergunta se o que o rapaz faz é certo, ele nega, dizendo “pô *{sic}*, escolhi essa vida pra mim, é assim mesmo que eu quero. Trabalhar, eu vou trabalhar, não vou conseguir emprego” (ATHAYDE e BILL, 2006, p. 68). Tipicamente, as alternativas de trabalho mencionadas pelos entrevistados são trabalhar em sinais vendendo doces, fazendo malabarismo ou pedindo dinheiro, vendendo guloseimas nas praias, ou cometendo assaltos. Nenhum rapaz menciona empregos tradicionais: a possibilidade está completamente fora do imaginário desses meninos. Durante o curso da entrevista, o falcão revela que tem dificuldades para dormir, pois é quando se deita que pensa nas pessoas que já matou.

Quando Celso Athayde questiona sobre uma possível carreira, o menino admite que gostaria de sair do tráfico, entretanto, “só se for um emprego bem (...) pra arrumar um dinheiro bem grande *{sic}*” (ibid, p. 70). Quando questionado sobre o que seria “um dinheiro bem grande”, responde que um salário de mil e quinhentos reais seria suficiente para sustentar sua família, que consiste em sua mãe, irmão, tia, esposa e filho recém nascido (durante a entrevista, sua esposa está no hospital em trabalho de parto). De forma a melhor contextualizar esse valor, o salário mínimo, na época, correspondia a trezentos e cinquenta reais. Apesar de considerável, o valor almejado pelo rapaz, pouco acima de 4 vezes o salário mínimo, não seria suficiente para posicioná-lo na classe média brasileira, segundo a classificação proposta pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹².

As disparidades socioeconômicas que permeiam as favelas brasileiras merecem devido aprofundamento. Apesar de, como vêm sendo demonstrado, a intersecção das desigualdades econômicas e raciais serem frequentes e significativas, a importância de sua separação e da análise das questões de raça e de classe de maneira completa e dialógica, não pode ser subestimada. Afinal, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 da Organização das Nações Unidas (ONU), 10% da população brasileira retém 41,9% da riqueza do país, classificando-nos como o segundo país mais desigual do mundo. Ignorar o debate sobre classe no Brasil é impensável em uma análise interseccional.

Geograficamente, o fato do projeto como um todo desenvolver-se estritamente dentro das favelas brasileiras está longe de coincidental: de acordo com o IBGE, 13,2% das cidades

¹² O Centro para Políticas Sociais do FGV classifica o valor proposto pelo rapaz na classe C, abaixo das classes média e alta.

brasileiras possuem “conglomerados subnormais”¹³, totalizando 5,12 milhões de lares, o que compreende quase 15% do total brasileiro. Esses conglomerados são frequentemente geograficamente isolados, com policiamento excessivo, menor IDH (IBGE, 2019), infra-estrutura precária e complexas relações sócio-políticas internas. Esses fatores constroem comunidades integradas e únicas, não apenas socialmente, como economicamente. Compostas principalmente por pessoas negras, as favelas são frequentemente imersas em experiências extremamente negativas com a polícia, desde a perfilagem racial e a brutalidade policial até o encarceramento em massa, fatores constantes nas dinâmicas sociais entre pessoas negras e o corpo policial (DAVIS, 2003). Nesse sentido, agentes do Estado são tipicamente símbolos de opressão e violência, tornando, então, organizações criminosas atores que estruturam e organizam o microcosmo dessas comunidades, impondo regras, controlando seus habitantes, e servindo como linha de frente em conflito direto com as autoridades policiais.

Mais do que qualquer coisa, as favelas são símbolo exemplar da imensa desigualdade econômica e alienação das classes baixas no Brasil. Para compreender essas disparidades, entretanto, é necessário compreender melhor a composição histórica da economia brasileira. O marxista Ruy Mauro Marini propõe uma análise extensiva dessa em seus *Dialética da Dependência* (2000) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013). Uma das mais importantes proposições do autor é a compreensão dessa desigualdade como projeto e não como mera consequência. Marini adota a Teoria da Dependência de maneira a explicar os fenômenos sócio-econômicos brasileiros, demonstrando como o país se estabelece como um país subdesenvolvido de maneira a servir, a partir de suas *commodities*, a economia internacional, prejudicando investimentos no desenvolvimento industrial e em sua infra-estrutura. Trata-se do fenômeno do subimperialismo. (MAURINI, 2000).

Em um universo diminuto, as próprias favelas servem como órgãos dependentes das metrópoles que rodeiam, afinal, as atividades econômicas daqueles que habitam esses espaços dão-se, em sua maioria, fora de seus territórios. O fluxo diário de seus habitantes demonstra a sua precariedade e dependência: trabalhadores deslocam-se todos os dias para os centros das cidades, assim como estudantes, aqueles com necessidade de atendimento médico, e quaisquer outros que necessitem. A favela é, em sua essência, um conglomerado habitacional super inflado, que acaba adotando constituições sociais próprias. Seus moradores

¹³ Nomenclatura oficial do IBGE para as favelas.

tornam-se o Outro inserido na sociedade brasileira, desejado apenas quando serve a metrópole.

Quando o falcão entrevistado entende num salário que o coloca na classe C da sociedade brasileira um sonho quase inalcançável, ele ilustra o quão alienado e excluído da sociedade brasileira ele é: seu sonho é um pesadelo para qualquer membro da classe média brasileira. Essa desigualdade econômica, por consequência, limita, também, as oportunidades de educação e trabalho, visto que, em sua grande maioria, esses jovens não podem arcar com os custos da educação privada, de materiais escolares ou cursos profissionalizantes.

Não se pode, assim, subestimar o impacto do fator classe no processo de formação dos rapazes aqui estudados. Ele é, infelizmente, mais um contribuinte que conspira para que esses jovens se envolvam com atividades extremamente arriscadas, precárias e violentas. Ainda, a precariedade sócio-econômica funciona como um produtor incessante de novos rapazes a serem recrutados, sustentando sistematicamente uma atividade que mostra-se ilegal para eles, mas econômica para outros. (CERQUEIRA, MURRAY e KAHN, 2013)

4. Colômbia: “*Un guerrillero sin honor no es guerrillero*”¹⁴

Para contextualizar o fenômeno aqui analisado como um fenômeno internacional, e, mais especificamente, latino-americano, faz-se necessária a integração de perspectivas e dinâmicas sociais que não as brasileiras. Com esse objetivo, a seleção da Colômbia como estudo de caso comparativo deu-se com base em dois fatores principais: as complexidades raciais e étnicas nos dois países analisados (ARRUTI, 2000; HOOKER, 2006; NG’WENO, 2007), assim como a prevalência de conflitos armados majoritariamente relacionados ao tráfico (GREEN, 2000; OLIVEIRA, 2007). Com esses, propõe-se que, apesar de particularidades nacionais, é possível traçar relações semelhantes entre o envolvimento em grupos armados ilegais e a masculinidade latino-americana, sendo essas passíveis de comparação. Buscar-se-á, a partir dessa análise comparativa, compreender como as relações étnico-raciais influenciam as relações sociais e políticas na América Latina, ampliar a compreensão do impacto desses conflitos na juventude latino-americana e, em particular, determinar como a masculinidade influencia no aliciamento de jovens rapazes latino-americanos em grupos armados.

¹⁴ “Um guerrilheiro sem honra não é guerrilheiro (tradução nossa)” (RUBIO, 2020, p. 128).

4.1. O contexto histórico colombiano

Em um primeiro momento, faz-se necessária uma compreensão básica das dinâmicas sociais na Colômbia e de sua história, para, assim, estabelecermos os pontos-chaves a serem analisados nesse exercício comparativo. Dessa maneira, nos voltamos para a história do país, semelhante em muitos aspectos à do Brasil, para melhor entendimento de sua sociedade na contemporaneidade.

Fruto de um processo de colonização tão disruptivo e brutal quanto o Brasil, em particular para a extensa comunidade indígena que habitava o território hoje tido como Colômbia, que viu sua população de 3 milhões diminuir para apenas 11 mil entre 1492 e 1518, a Colômbia constituiu-se enquanto nação diante da luta contra colonizadores espanhóis (MELO, 2018). A mineração e a plantação de cana-de-açúcar, algumas das principais atividades coloniais, levaram os colonos a trazer pessoas escravizadas da África para realizar trabalho forçado em conjunto com os poucos indígenas sobreviventes, dando início a um processo de miscigenação acentuado, principalmente a partir do século XVI. (MELO, 2018; OCAMPO, 2015).

São muitos os processos coloniais adotados durante os séculos XV, XVI e XVII que foram incorporados, também, no Brasil: a imposição do catolicismo e a catequese de comunidades indígenas, a extinção de populações autóctones e de sua cultura e língua, e a operação de atividades extrativas e agrícolas a benefício da metrópole espanhola. A partir do século XVIII, então, encerra-se a dependência da região hoje conhecida como Colômbia do Vice-Reinado do Peru, que centralizava as operações coloniais espanholas nas Américas e é constituído o Vice-Reino de Nova Granada, administração espanhola estabelecida em Bogotá, que incorporava também os territórios da atual Venezuela, Equador e Panamá. Essa mudança na administração da região representa um primeiro movimento de fortalecimento do que tornaria-se uma identidade nacional, por centralizar o poder antes muito mais esparso, assim como estimula a economia e estabelece centros populacionais que tornam-se, eventualmente, cidades e metrópoles. (ESPITIA, 2004; MELO, 2018; OCAMPO, 2015).

Durante a administração do Vice-Reino de Nova Granada, surge na região uma nova classe populacional, os chamados *criollos*, descendentes espanhóis nascidos na colônia espanhola. De maneira semelhante à brasileira, insatisfações com excessos fiscais, o abuso de

poder da metrópole e o fortalecimento de uma identidade regional resultam, eventualmente, na demanda pela independência, que é, inclusive, apoiada por parcelas dos *criollos*. Movimentos insurrecionais escalam para rebeliões armadas, e, em 1810, as autoridades espanholas são expulsas do território sul-americano, sendo a data de 20 de julho a considerada como a da independência da Colômbia. Simón Bolívar é, assim, eleito como primeiro presidente não apenas da Colômbia como, também, dos territórios do Panamá, Venezuela e Equador. A nova república foi batizada de República da Grande Colômbia. (ESPITIA, 2004; MELO, 2018).

A composição centralizada de Bolívar, no entanto, significou uma ruptura com o setor político que favorecia o federalismo, e, após apenas 8 anos da composição da República da Grande Colômbia, Bolívar renuncia diante de crescentes críticas contra seu governo autoritário, levando o território a separar-se entre Venezuela, Equador e Colômbia, que integrava ainda o atual Panamá. Como se observa em tantas nações latino-americanas, a história colombiana é repleta de conflitos políticos e étnicos, protagonizados não só por elites brancas, mas pela extremamente diversa população nacional. Disputas entre os partidos Liberal e Conservador marcam sua trajetória, com conflitos como a Guerra dos Mil Dias, que ocorre entre 1899 e 1903, e apenas uma das muitas guerras civis na história do país. (ESPITIA, 2004; MELO, 2018).

O início do século XX, que foi ainda repleto de conflitos, possibilitou, no entanto, uma parcial recuperação econômica, marcada pela industrialização consequente do envolvimento da Colômbia com a indústria cafeeira. Em 1914, o Panamá é reconhecido como independente, e, por fim, o país adota a constituição atual, mediante indenização paga pelos Estados Unidos, que alavanca ainda mais a economia local. A aparente trégua, infelizmente, dura pouquíssimo tempo, e, em 1948, o assassinato do líder popular Jorge Eliécer Gaitán marca o início de novas insurgências com um período conhecido como *La Violencia*, evento chave na compreensão da constituição dos grupos armados e paramilitares que, até a atualidade, marcam a política e sociedade colombianas. (ESPITIA, 2004; GREEN, 2000; MELO, 2018).

4.2. A Guerrilha: juventude, identidade e masculinidades

John Green, em seu *Left Liberalism and Race in the Evolution of Colombian Popular National Identity* [Liberalismo de Esquerda e Raça na Evolução da Identidade Popular Nacional Colombiana, tradução nossa] (2000), aponta para os conflitos políticos nas décadas de 1940 e 1950 na Colômbia como momentos chave na constituição dos movimentos de guerrilha paramilitar que possuem influência social até hoje no país. Culminação de décadas de discordâncias sócio-políticas dentro do país, esse período reformula as dinâmicas sociais colombianas, e, como consequência, tipifica um novo formato de conflito: o conflito civil armado.

O Estado colombiano era, e, de certa maneira, ainda é, um Estado frágil. Conforme aponta Green, ao compreendermos no conceito de Estado a proposta básica Weberiana desse como detentor do monopólio do uso legítimo da força, a prevalência de grupos paramilitares com extrema influência e a existência de territórios até hoje não controlados pelo Estado centralizado apontam para uma estrutura governamental fragilizada. Em verdade, constituições paramilitares e rebeldes colombianas possuíram, em determinados momentos, muito mais poderio militar do que o exército nacional. Além disso, questões topográficas e geográficas tornam a Colômbia uma região de difícil integração, o que, por sua vez, intensifica os problemas observados para a unificação e controle estatal. (GREEN, 2000).

Para a devida compreensão da relevância desses argumentos, a figura de Jorge Eliécer Gaitán destaca-se como uma de extrema importância política, cujo assassinato serviu como gatilho para o período denominado *La Violencia*. Candidato pelo Partido Liberal à presidência, era um líder altamente popular devido a seu envolvimento na luta contra o monopólio da terra, pela ampliação dos direitos da população rural e estabelecimento de uma identidade nacional popular, todas noções que apelavam ao emocional da população colombiana. Envolve-se também com questões raciais, contribuindo para discussões acerca de raça e etnia na Colômbia, país notadamente miscigenado, e na luta pela alfabetização. Seu assassinato é amplamente entendido como um evento de grande relevância não só emocional, como espiritual. Gaitanistas chegam a afirmar que o derramamento de sangue, tanto de Gaitán quanto de combatentes após sua morte, criaram o que chamam de mística¹⁵, evidenciando a passionalidade de sua relação com a Colômbia. (GREEN, 2000; NG'WENO, 2007)

¹⁵ Termo utilizado com frequência na Colômbia, que refere-se a locais ou momentos carregados de espiritualidade e comoção, com natureza inerentemente compartilhada e comunitária (GREEN, 2000).

Dessa maneira, o período conhecido como *La Violencia*, marcado por conflitos que resultaram na morte de mais de 250 mil colombianos entre 1948 e 1958, representa uma modificação na estrutura social colombiana: se antes os conflitos entre Liberais e Conservadores eram compostos essencialmente por discussões políticas, após o assassinato de Gaitán em plena praça pública, esses conflitos ganham um novo formato (GREEN, 2000). Afirmam Juan Ugarriza e Matthew Craig :

Os grupos de guerrilha originais na Colômbia nasceram de *La Violencia*. As raízes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) encontram-se em grupos de autodefesa que foram formados em resposta à violência sofrida por Liberais, trabalhadores e reformistas pelo Partido Conservador nos anos 50. Em 1966, com o apoio do Partido Comunista Colombiano, líderes das resistências rurais formalmente organizaram-se com as FARC. O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi fundado mais cedo por rebeldes inspirados pelo modelo Guevarista de luta revolucionária (tradução nossa). (UGARRIZA; CRAIG, 2012, p. 452).

O século passado, ainda, representou um período de construção de identidades raciais dentro da Colômbia. Nesse sentido, torna-se necessária a explanação de alguns aspectos demográficos, raciais e sócio-econômicos do país, para, assim, possibilitar um melhor e mais aprofundado entendimento dos fenômenos sociais particulares ao território em questão. Primeiramente, nos parece imprescindível destacar que a Colômbia adota classificações raciais muito diferentes das observadas no Brasil, exigindo um aprofundamento acerca do processo histórico e impacto social dessas. (GREEN, 2000; NG'WENO, 2007).

Sobre as diferenças nos processos de construção identitária entre Brasil e Colômbia, a cientista social Paula Balduino de Melo¹⁶ resume:

Ao expressar a demanda por direitos na linguagem da etnicidade, enfatizando as diferenças culturais, as práticas tradicionais e a territorialidade, a população de ascendência africana na Colômbia seguiu um caminho que difere daquele trilhado pela população negra no Brasil, onde se articula o pertencimento étnico-racial às condições socioeconômicas dos diferentes grupos populacionais. Em construções do discurso político, acadêmico e jurídico vinculadas ao Pacífico sul colombiano, a linguagem da etnicidade englobou a raça. Porém, a raça não desapareceu; ela está subsumida na etnia. Trata-se de uma sociedade racializada onde as diferenças são expressas predominantemente no idioma da etnicidade. (MELO, 2015, p. 44).

¹⁶*Taxonomia étnico-racial no Pacífico Colomboequatoriano: metamorfoses da mestiçagem*, 2015.

Essa diferença é evidente quando analisados os censos demográficos dos dois países. Enquanto no Censo Demográfico brasileiro de 2010 (IBGE) as classificações étnico-raciais são intituladas “segundo cor ou raça”, englobando as categorias raciais branca, preta, parda, amarela e indígena, o Censo Demográfico colombiano de 2005, promovido pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), apresenta como classificação apenas o pertencimento étnico, contando com as categorias indígena, Rom (etnia roma ou cigana), Raizal, Palenquero e “Negro, mulato, afrocolombiano ou afrodescendente”. A aqueles não pertencentes aos grupos étnicos mencionados, é dada a opção de “nenhum grupo étnico”. Fontes alternativas, como a Biblioteca do Congresso Americano¹⁷, utilizam categorias como eurameríndio e caboclo em oposição ou articulação com a branquitude.

Ainda, conforme analisa Melo,

Nos instrumentos censitários de 1998 a 2004, as categorias “branco/a” e “mestiço/a” ora aparecem sobrepostas, ora diferencialmente. Em algumas pesquisas consta apenas a categoria “mestiço/a”, presumindo que a população socialmente branca seria identificada como mestiça. Ou seja, há uma fusão das categorias branco/a e mestiço/a. (MELO, 2015, p. 41).

Essa percepção relaciona-se com as movimentações políticas da Colômbia do século XX não apenas pelas consequências na contemporaneidade, mas, também, por serem parte do discurso “a-racializado” que tomou força dentro do partido liberal colombiano da época. O abarcamento da miscigenação e sincretismo da população, não inteiramente distinto do processo brasileiro, engloba, contudo, a marginalização de identidades raciais, em particular a identidade negra, reconhecida institucionalmente pela primeira vez na Constituição Colombiana de 1991 (MELO, 2015; NG’WENO, 2007) . A aparente rejeição da branquitude em detrimento da “mestiçagem” possibilita, paradoxalmente, a imposição de uma identidade étnico-racial idealizada. Afirma John Green:

Finalmente, ideias sobre raça provaram-se fundamentais para a identidade nacional da esquerda Liberal, em particular as muitas contraditórias, mas poderosas noções incorporadas pelo conceito da “nação mestiça”. De fato, compreensões conflitantes de raça entre a elite e o popular estavam no coração das divergentes e antagonistas compreensões de nacionalidade. Para a elite, raça era uma questão de

¹⁷ HUDSON, ed. *Colombia: A Country Study*, 2010.

aspiração, de seu desejo de “embranquecer” a Colômbia. Para o povo mestiço e mulato, raça e especialmente a miscigenação (a possessão de “sangue Indiano *{sic}*”), eram essenciais para ser colombiano, apesar de não haver uma atitude monolítica popular acerca de raça. A questão de onde os Afro-Colombianos entravam no esquema introduziu tensões e contradições. Apesar disso, em última instância, eles foram aceitos como parte do povo dentro da construção popular de mestiçagem e identidade nacional (tradução nossa). (GREEN, 2000, p. 98).

A população “negra, mulata, afrocolombiana ou afrodescendente” colombiana compreende pouco mais de 10% da população total (DANE, 2010), em significativo contraste com o Brasil, onde afrodescendentes compreendem 50,7% da população, sendo um dos únicos dois países da América Latina de maioria negra (BANCO MUNDIAL, 2018; IBGE, 2010). É essa parcela da população, entretanto, que encontra-se sistematicamente marginalizada, como evidencia a cientista política Juliet Hooker:

Na Colômbia, por exemplo, onde 32% da população nacional vive na pobreza, 84,87% dos habitantes da região do Pacífico conhecida como Chocó, que é 90% afro-colombiana, é pobre. A taxa nacional de analfabetismo é de 11%, mas sobe para 38,3% no Chocó, onde 41% dos lares carece de saneamento básico, contra apenas 10% em âmbito nacional (cf. Oakley, 2001, pp. 24-25). Os afro-descendentes também sofrem discriminação racial no mercado de trabalho, já que, em qualquer nível educacional, eles tendem a ganhar menos do que os brancos. (HOOKER, 2006, p. 91).

Bettina Ng’weno (2007), em concordância com Hooker, ressalta as diferenças entre o movimento indígena e o afro-colombiano quando trata-se de reivindicações históricas: apesar de compor apenas 2% da população colombiana, por exemplo, comunidades indígenas possuem domínio de 24% do território nacional, em acordo com a Constituição de 1991. Em contraste, afro-colombianos, apesar de comporem uma parcela maior da população, possuem domínio constitucional de apenas 2% do território nacional. Ainda, garantias como o apoio ao ensino fundamental e superior (indígenas possuem acesso garantido e financiado às instituições educacionais colombianas) não se repetem quando trata-se da população negra. Os afro-colombianos, ou melhor, afrodiaspóricos, ocupam, assim, um não-lugar: não possuem o contato com sua ancestralidade, cultura e territorialidade como os indígenas, implicando em uma desvalorização de sua identidade racial dentro dos padrões taxonômicos colombianos, e, também, possuem a cor da pele escura demais para garantia de direitos básicos. (ARRUTI, 2000; NG’WENO, 2007).

Embora a correlação entre raça e a identidade dos jovens recrutados para grupos armados ilegais seja relativamente frágil, é importante salientar que essa é ainda relevante, e não deve ser ignorada. Os departamentos de Chocó e San Andrés, ambos de maioria negra, apresentam índices sócio-econômicos preocupantes, com a maioria de suas residências em condições precárias e menor desempenho acadêmico (BANREP, 2011; DANE, 2010). A constante e institucionalizada marginalização dessa parcela da população contribui, inegavelmente, para fragilização e precarização das vidas negras colombianas.

Apesar da ausência de dados referentes à etnia de combatentes, a conexão entre as operações de guerrilha paramilitar e os grupos étnicos minoritários no país é evidente, e destrutiva. Conforme relatório da Anistia Internacional (AI) publicado em 2018,

Houve denúncias de incursões paramilitares no departamento de Chocó, no noroeste da Colômbia, afetando principalmente as comunidades afrodescendentes e os povos indígenas. Em 8 de fevereiro, um grupo de paramilitares das Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC) adentrou a zona humanitária de Nueva Esperanza en Dios, na bacia do Rio Cacarica, departamento de Chocó, procurando por várias pessoas que eles diziam estar numa “lista de morte”. (p. 105).

Nesse ano, também, seis líderes comunitários do departamento foram assassinados, e, conforme resume o relatório “A população civil, especialmente os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e de agricultores, e os defensores de direitos humanos continuaram sendo as principais vítimas do prolongado conflito armado no país” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p. 104). A violência refletida por esses dados, que tratam, ressaltamos, da região mais pobre e com mais afrocolombianos e indígenas do país, expõem as consequências devastadoras desses conflitos para as parcelas mais subjugadas da população.

Reconhecendo o impacto das relações étnico-raciais dentro desses conflitos, tornamos a analisar as motivações sócio-econômicas e, conforme demonstraremos, ideológicas dentro dos processos de recrutamento. Observa-se que, desde o início das movimentações de guerrilha no país, essas ideologias eram inspiradas pelo comunismo e socialismo, assim como na luta revolucionária emancipatória de países como o Haiti. Nesse sentido, conforme provam Ugarriza e Craig, a ideologia possui, ainda, um papel importante no aliciamento de novos combatentes: a probabilidade de um jovem escolher participar de grupos guerrilheiros, por exemplo, aumenta 11 vezes quando esse possui familiares de

esquerda. Além disso, observou-se, também, que ex-combatentes demonstravam interesse em ideais socialistas e Bolivarianos, além de hostilidade contra grupos paramilitares de direita. (UGARRIZA e CRAIG, 2012).

É importante salientar, diante do previamente firmado, que a influência ideológica, entretanto, não manteve-se constante durante a história do movimento. Particularmente durante os anos 1990, as FARC adotaram uma perspectiva menos estrita, incorporando o chamado Bolivarianismo, referenciando as campanhas de Simón Bolívar, e incluindo em cartilhas e negociações demandas referentes a justiça social e democratização, apontando para uma relativa liberalização dos ideais do movimento. A proposição das FARC como alternativa a governos municipais, acompanhada pela flexibilização ideológica, implicaram numa atuação das Forças Armadas como provedor de serviços sociais primários em algumas regiões da Colômbia a partir dos anos 2000. Essa nova dinâmica do movimento para com a população colombiana lembra em muito a estrutura observada dentro das favelas brasileiras, onde, conforme ilustrado, facções criminosas impõem as normas sociais e defendem ambos território e população. (STANSKI, 2014).

A base ideológica, apesar de extremamente influente e integrada ao discurso de grupos guerrilheiros, mostra-se marcadamente insuficiente para explicar o recrutamento de novos combatentes. Ugarriza e Craig descrevem, a partir de relatos de combatentes e ex-combatentes, o processo mais comum de recrutamento das FARCs: guerrilheiros estacionados em acampamentos montados em regiões pobres da Colômbia visitam as pequenas comunidades e vilarejos que os cercam, montando auditórios em suas periferias e apresentando, de maneira curiosamente organizada, os ideais do movimento, sua base socialista e Bolivarista, assim como expõem a estrutura das Forças Armadas e exibindo as supostas vantagens e oportunidades econômicas para os potenciais guerrilheiros. Em contraste com o observado no Brasil, trata-se de um processo de recrutamento bem organizado e ideologizado, com sistematização centralizada devido à natureza do movimento. Apesar disso, a ideologia mostra-se secundária, visto que novos recrutas ingressam nas Forças Armadas por “necessidade econômica, medo, desejo de vingança ou simples atração, apesar de sequestros e recrutamento forçado serem reportados” (UGARRIZA e CRAIG, 2012, p. 453). Em certo momento, um ex-combatente de um grupo paramilitar afirma:

Por onde eu vivia havia de todos os grupos, mas eu fui para as AUC porque eles me ofereceram dinheiro e isso era o que eu queria e necessitava, eu fiquei feliz quando me ofereceram \$800.000 eu nunca tive tanto dinheiro, o primeiro que pensei era que agora sim teria dinheiro para poder comprar o que quisesse, ajudar minha mãe e sair com meninas (tradução nossa). (RUBIO, 2020, p. 134).

Cerca de 1200 reais segundo a cotação do peso colombiano em 2021, o valor significativo é apresentado pelo rapaz como motivação suficiente para que entrasse para um grupo armado ilegal. Sobre essa forma de incentivo econômico, Rubio (2020) esclarece que essa está restrita aos grupos paramilitares. Os grupos guerrilheiros não oferecem dinheiro vivo para seus combatentes, mas sim alojamento, comida e propósito. Para muitos, essa relativa segurança que a garantia de uma refeição proporciona é motivação suficiente para que mudem completamente suas vidas.

Acerca ainda do aspecto motivacional, Keith Stanski, em seu *Terrorism, Gender, and Ideology: A Case Study of Women who Join the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC)* [Terrorismo, Gênero e Ideologia: Um Estudo de Caso das Mulheres que Ingressam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] (2006), que analisa o envolvimento feminino nas FARC, incorpora análises do Observatório dos Direitos Humanos para argumentar que esse ingresso trata-se de um reflexo das faltas de opção para a juventude pobre colombiana, não uma decisão que parte do livre arbítrio. Ainda, sobre o envolvimento feminino, Stanski aponta para particularidades de gênero, como a violência doméstica e o desinteresse com afazeres domésticos como motivadores importantes, além das alegações do movimento de que sua política, convívio e divisão de tarefas são plenamente igualitários.

Além dessa variedade motivacional, que implica em uma complexidade fenomenológica muito distante da simplicidade do discurso das próprias organizações paramilitares, a presença das FARC não representa necessariamente uma melhora na qualidade de vida da região afetada, ou quaisquer outros benefícios sociais, como possível inferir com base no relatório da Anistia Internacional previamente apresentado. Ainda, em uma pesquisa conduzida por Catherine Rodríguez e Fabio Sánchez¹⁸ acerca da relação entre a presença de grupos armados, investimentos em capital humano e o trabalho infantil, foi observado um aumento significativo no abandono escolar entre crianças de 6 e 17 anos em regiões onde ocorrem ataques violentos envolvendo grupos armados. Já Ugarriza e Craig

¹⁸ *Armed Conflict Exposure, Human Capital Investments, And Child Labor: Evidence From Colombia*, 2012.

(2012) observam a existência de uma relação direta entre o crescimento do tráfico de drogas e casos de extorsão e o aumento do poder financeiro e do capital humano de grupos rebeldes. Sobre essa relação e sua influência dentro da nação colombiana, afirmam:

No fim dos anos 90, as FARC constituíam o maior, mais rico e bem equipado grupo armado na América Latina. Dividido em 60 frentes de guerra, o grupo rebelde contava com entre 12,000 a 15,000 indivíduos em suas patentes—crescendo dos 2,000 no começo dos anos 80 e apenas algumas centenas nos anos 60 (Otero 2007). Em 2003, as FARC geraram capital, por meio de extorsões, sequestros e o tráfico de drogas, equivalente a 2 por cento do produto bruto doméstico colombiano. Hoje, apesar dos fracassos sofridos desde 2002, as FARC são ainda uma força poderosa com tropas somando entre 6,000 e 10,000 (tradução nossa). (UGARRIZA e CRAIG, 2012, p. 542).

Ambas as pesquisas supracitadas apontam para o caráter retroativo desses conflitos: a presença da guerrilha e dos paramilitares avassala regiões já em condições extremamente precárias, reduzindo ainda mais o leque de opções da juventude local quando trata-se de seus próprios futuros, o que, provou-se, leva essa juventude a envolver-se em empreendimentos transgressores. (RODRÍGUEZ e SÁNCHEZ, 2012; UGARRIZA e CRAIG, 2012).

Como apresentado quando trata-se do tráfico no Brasil, é perceptível o aspecto destrutivo e disruptivo que essas organizações possuem especificamente na juventude: a maioria dos combatentes das FARC encontram-se abaixo dos 26 anos¹⁹. Acerca, ainda, da composição atual das Forças Armadas, dos cerca de 10 mil combatentes²⁰, entre apenas 29%²¹ e 40%²² são mulheres. A significativa diferença na participação entre homens e mulheres aponta para uma relação entre a masculinidade e esse abarcamento, e é possível afirmar, de acordo com Stanski (2006), que as motivações entre meninos e meninas são distintas. Conforme previamente exposto, os atrativos para meninas que entram para grupos armados possuem relação inerente a seu gênero: a alternativa ao trabalho doméstico, o escape de relações abusivas, a promessa de um ambiente não-discriminatório.

É diante dessa diferenciação que a questão da masculinidade passa a requerer mérito próprio: o arcabouço teórico acerca da relação entre essa e movimentações sociais, sejam estas quais forem, é incomparavelmente menor do que as produções referentes ao gênero

¹⁹ UGARRIZA e CRAIG, 2012

²⁰ Censo Socioeconômico divulgado pela Universidade Nacional da Colômbia em 2017.

²¹ Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2017.

²² Jorge Torres Victoria, integrante do secretariado das FARC, em entrevista para a Revista Bocas, 2017.

feminino. A partir desse apontamento, toma corpo a necessidade da análise da questão aqui posta e sua relação com o estudo das masculinidades. Rommel Rubio (2020), em sua tese intitulada *¿Una Cuéestion de Machos?*²³, explora, com metodologia muito semelhante à presente em *Falcão* (ATHAYDE e BILL, 2005), a reprodução de masculinidades em grupos armados ilegais colombianos entre 1999 e 2009. Por meio de entrevistas conduzidas com jovens acolhidos pelo Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), ex-membros de guerrilhas armadas, Rubio busca uma melhor compreensão de como se articulam as masculinidades quando inseridas em um contexto tão particular.

Durante os 10 anos pesquisados, 4.191 jovens foram acolhidos pelo ICBF, dos quais 70% eram menores de idade e 73% eram do sexo masculino. Entre 9 e 17 anos, essas crianças desvinculam-se das guerrilhas armadas por motivos variados, mas o desamparo que enfrentam após essa decisão foi o motivador para a criação do Programa de Atenção Especializada, que busca promover suporte socio-educativo para possibilitar a reinserção dos atendidos na sociedade colombiana. Quase 53% das crianças eram membros das FARC, enquanto 29% pertenciam à Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e 13% ao ELN, o que condiz com os níveis de relevância e poderio militar dos principais grupos de guerrilha colombianos. (RUBIO, 2020).

Segundo o censo socioeconômico promovido pela Universidade Nacional da Colômbia (2017), apenas 3% dos guerrilheiros das FARC possuem ensino superior, com 57% havendo cursado apenas o ensino primário. Um décimo dos combatentes é analfabeto. Assim, e, em sua maioria, advindos de regiões particularmente pobres do país, os jovens parecem repetir as características dos meninos brasileiros envolvidos com o tráfico de drogas. A maior parcela desses (74%) tiveram a possibilidade de desvincular-se voluntariamente, sem retaliação dos grupos dos quais faziam parte. Essa decisão, no entanto, assim como no Brasil, implica em sua alienação: com vínculos familiares fragilizados e sem suporte econômico, o abandono desses empreendimentos violentos significa, para muitos, um tortuoso futuro com poucas ou nenhuma oportunidade. Por vezes, são programas como o da ICBF e da Central Única das Favelas (no Brasil) a única alternativa que os permite uma reintegração social, por mais marginal que essa seja. (RUBIO, 2020).

²³ *¿Una Cuéestion de Machos? Reproducción y Exacerbación de las Masculinidades de Adolescentes en los Grupos Armados Ilegales del Conflicto Combiano entre 1999 - 2009*, 2020.

¿*Una Cuéestion de Machos?* traz relatos pessoais, narrativas dos próprios meninos, que abrangem desde suas relações familiares até seu treinamento dentro das guerrilhas. Afirma Rubio:

A reprodução e exacerbação das masculinidades dos adolescentes durante sua vinculação aos grupos armados ilegais no âmbito dos conflitos armados colombianos, estão marcados por diversos fenômenos prévios no âmbito familiar, comunitário e social (...), quase sempre em condições de marginalidade, exclusão, carência econômica, pobreza, violência intrafamiliar, maltrato infantil, escassas oportunidades de desenvolvimento, presença de grupos armados, ilegalidade, debilidade institucional e narcotráfico (tradução nossa). (2020, p. 111).

Dessa alienação e desamparo surge o interesse em envolver-se em qualquer grupo ou atividade que os permita a chance de ganhar algum dinheiro, de deixar suas casas, de obter alguma liberdade. Sobre a forte presença masculina, Rubio desenvolve como a influência de percepções patriarcais do homem mostra-se um importante fator motivador: é necessário que os meninos, mesmo quando crianças, demonstrem sua força e virilidade, mostrem sua capacidade de ganhar dinheiro e sustentar suas famílias. Esses grupos armados são sua oportunidade de se provar, efetivamente, como *machos*²⁴. (RUBIO, 2020).

Mesmo dentro de grupos que, supostamente, não diferenciavam homens de mulheres, os entrevistados relatam como, durante treinamentos, os meninos eram sempre cobrados mais do que as meninas, como precisavam trabalhar mais e descansar menos. Muitas vezes, mesmo que implicitamente, as mulheres acabavam encarregadas de atividades consideradas socialmente como femininas e feminizantes, consequência de uma naturalização dos papéis de gênero evidenciada por um dos entrevistados, que afirma “Eu preferia estar em combate do que na *rancha*²⁵, desde pequeno me ensinaram que os homens na cozinha fedem a merda de galinha” (RUBIO, 2020, p. 135, tradução nossa).

Em suas entrevistas, os rapazes relatam repetidamente o quão ativamente era imposto um modelo muito específico de masculinidade: força e brutalidade eram recompensados dentro dos grupos armados, enquanto reclamações, expressões sentimentais ou limitações físicas eram passíveis de punições, como a retenção de comida e castigos físicos. Dominação, resistência, a demonstração de habilidades de combate e conhecimento de armas eram tidos,

²⁴ MIRANDÉ, 1997.

²⁵ Termo coloquial que refere-se a casebres ou casas pobres, de telhado simples

dentro desses contextos, como características obrigatórias para constituição de um bom guerrilheiro. A principal, no entanto, nos parece biológica: antes de mais nada, precisavam ser homens, cisgênero e heterossexuais. (CONNELL, 1995; CONNELL e MESSERSCHMIDT, 1993; RUBIO, 2020)

5. Necropolítica, Novas Guerras e Masculinidades

pode se dizer que existem três tipos de luta: contra formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra formas de exploração que separam indivíduos do que produzem; ou contra aquilo que une o indivíduo a si mesmo e torna-o subjugado aos outros por isso (lutas contra a subjugação, contra formas de subjetividade e submissão) (tradução nossa). (FOUCAULT, 1982, 781).

Primeiramente, é importante, ao discutimos gênero, reconhecer o impacto das teorias feministas, e, em particular, do feminismo negro, por sua contribuição à interseccionalidade, nossa perspectiva crítica central. Com sua origem na luta de feministas negras diante da persistência do racismo em círculos feministas, como narra bell hooks em seu pioneiro *Teoria Feminista: da Margem ao Centro* (1984), o feminismo negro objetiva a integração e reconhecimento de diferentes processos e identidades na análise crítica de gênero. No mesmo texto, hooks menciona a importância de homens negros na construção da perspectiva interseccional, sendo uma figura representativa de tanto dominação quanto subjugação. A discussão da figura masculina na teoria de feministas brancas na época, por outro lado, era ainda ausente.

De fato, o estudo da masculinidade, ou melhor, vide Connell (1982), das masculinidades, mostra-se ainda superficial, integrado à análise feminista como antítese e não como objeto de estudo. Nesse sentido, é importante, primeiramente, definirmos o que é a masculinidade enquanto conceito científico. Conforme argumenta Matthew Guttman (2003) em seu *Changing Men and Masculinities in Latin America* [Mudando Homens e Masculinidades na América Latina, tradução nossa]

O primeiro conceito de masculinidade argumenta que essa é qualquer coisa que homens pensam, dizem, e fazem. Se homens estão envolvidos, então também está envolvida a masculinidade. O segundo conceito afirma que masculinidade é o que homens pensam, dizem, e fazem para distinguir-se como homem. Assim, homens podem alcançar a

masculinidade (ou buscar alcançá-la) algumas vezes mais do que em outras. No terceiro conceito, masculinidade é vista por alguns como uma qualidade que certos homens possuem mais do que outros, seja por terem nascido dessa maneira ou devido a alguma forma de realização pessoal. Finalmente, outros estudiosos de homens e masculinidades na América Latina tem buscado enfatizar a significância predominante das mulheres na negociação de masculinidades para a maioria, senão todos os homens na maioria, senão todos os momentos de suas vidas (tradução nossa). (p. 2).

A amplitude conceitual do termo, inclusive, demonstra não só a complexidade sociológica do conceito, como, também, sua novidade como objeto de estudo, cujas primeiras menções científicas partiram dos anos 1970. Em acordo com a proposta de Guttman (2003), os termos “masculinidade” e “masculinidades” foram (e ainda serão) utilizados de maneira intercambiável para os propósitos da presente pesquisa. Esta decisão deliberada busca demonstrar ambas a complexidade e pluralidade do conceito, enquanto, ainda, mantemos a clareza taxonômica deste enquanto fenômeno específico e integrativo. (CONNELL, 1982; GUTTMAN, 2003).

Estabelecida a perspectiva conceitual aqui adotada, faz-se necessário o reconhecimento das principais contribuições teóricas para a compreensão das masculinidades. Raewyn Connell, em *Masculinities* [Masculinidades] (1995), define um conceito primeiramente introduzido pela própria em 1982, o das masculinidades hegemônicas, conceito já por nós introduzido, mas que, nesse momento, exige devida explanação. Baseando-se no conceito de hegemonia de Gramsci, que propõe essa como um fenômeno cultural de institucionalização do poder, Connell aponta as masculinidades hegemônicas como as formas dominantes da masculinidade, que incorporam valores e características tidas como superiores socialmente, como heterossexualidade, branquitude e cisgeneridade.

Na hierarquia proposta por Connell, fatores como classe social e até características da personalidade, como lealdade ou sentimentalismo, todos influenciam na posição hierárquica da masculinidade. Sobre a contribuição de Connell, Matthew Guttman (2003) afirma:

As expressões ideológicas dominantes dessas masculinidades hegemônicas-por exemplo, homofobia, machismo e misoginia não são simplesmente expressões individuais de relações interpessoais em famílias e lares, mas também pertencem aos fundamentos das desigualdades de gênero dentro dessas sociedades e internacionalmente (tradução nossa). (GUTTMAN, 2003, p.3).

Conforme argumentam Connell e hooks, a identidade individual é altamente fragmentada, composta por partes que dialogam entre si para composição de um todo (HOOKS, 1984; CONNELL, 1995). Para Raewyn Connell, masculinidades hegemônicas exibem características normalizadas e celebradas na figura masculina, e sua encarnação exemplar consiste no homem rico, branco, cisgênero, heterossexual, que é, também, forte, estóico, corajoso. Discordâncias com esse modelo resultam, assim, num homem de masculinidade deficiente e subjugada. Ainda, chama-se atenção para o fato de que, neste modelo, o ser hegemônico não implica em ser majoritário: em verdade, Connell aponta para a normalização de uma masculinidade quase utópica, que serve como modelo e expõe as supostas falhas das masculinidades existentes e, quase inevitavelmente, insuficientes. (CONNELL, 2005; HUTCHINGS, 2008).

Em 2005, Connell, em conjunto com o professor de sociologia James Messerschmidt, publica *Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept* [Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito, tradução nossa], artigo onde apresenta um panorama histórico do conceito em questão, faz um apanhado geral de suas aplicações e propõe uma reformulação desse. Em particular, os autores chamam atenção para a complexidade das hierarquias de gênero, fator não considerado nas primeiras formulações do conceito. Afirmam Connell e Messerschmidt:

Análises das relações entre masculinidades agora reconhecem mais claramente a agência dos grupos marginalizados e subordinados - frequentemente condicionados por suas localizações específicas (como discutido abaixo). A “Masculinidade protestante”(Poynting, Noble, e Tabar 2003) pode ser entendida nesse sentido: um padrão de masculinidade construído em ambientes da classe trabalhadora, às vezes dentre homens etnicamente marginalizados, que incorporam a reivindicação do poder típico das masculinidades hegemônicas em países ocidentais mas que não dispõem dos recursos econômicos e autoridade institucional que sustentam os padrões regionais e globais (tradução nossa). (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 847-848).

A “masculinidade protestante”, nesse sentido, reflete a realidade dos jovens aqui pesquisados: enquanto homens, são figuras dotadas de poder, força e agressividade. Esse suposto poder, entretanto, passa a ser contestado quando contextualizado dentro de suas condições materiais e sua falta de autoridade e autonomia. Se o gênero e as práticas desses

soldados das Novas Guerras são indicadores de poder e dominação, sua existência enquanto negros (ou eurameríndios e mestiços) e pobres expõe sua vulnerabilidade.

Na análise de Connell e Messerschmidt, as masculinidades são um projeto, inconsistente e oscilante, e a identidade masculina representa a constante busca pela sua realização. Nesse sentido, a dominação masculina exige constante manutenção: nas relações internacionais, essa exigência é representada pela constante imposição do *soft power* para manutenção das hierarquias estatais. Ainda, o entendimento da masculinidade como projeto e não identidade estática permite sua historicização, sendo essa passível de hibridização e reconfiguração em acordo com novas movimentações sociais, políticas e históricas. A crescente inclusão da homossexualidade nas discussões de masculinidade na sociedade ocidental, por exemplo, demonstra como essa hegemonia consegue manter-se dominante a partir de sua flexibilização. (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005; HOOPER, 2001).

Sobre as masculinidades negras, tanto Angela Davis (2016) e bell hooks (1984; 2003) possuem contribuições essenciais para a compreensão da figura do homem negro em oposição não apenas às mulheres, como também aos homens brancos. Subjugados não apenas por homens brancos mas também por *mulheres* brancas, o homem negro é parte essencial da luta feminista, posição a qual era (e ainda é) raramente reconhecida pelo feminismo branco. Conforme aponta hooks (1984), enquanto a primeira onda feminista, encabeçada por pensadoras como Betty Friedan, entendiam em seus lares e famílias uma espécie de prisão que limitava suas possibilidades e interações sociais, em particular quando tratava-se da impossibilidade de trabalharem, a mulher negra *sempre* trabalhou, e seu lar e família eram representações de segurança contra uma sociedade racista. O reconhecimento da influência da raça nas dinâmicas de gênero nos permite a compreensão de diversas relações sociais por vezes ignoradas pela primeira onda feminista, ao mesmo tempo nos livrando de suposições errôneas que entendiam na experiência branca uma experiência universal. No tocante a limitações, entender a subjugação do homem negro implica no entendimento de suas impossibilidades.

Questão essencial ao entendimento desses processos de recrutamento, tanto para os falcões brasileiros quanto para os guerrilheiros colombianos é a tomada de decisão em ingressar nesses grupos armados ilegais. Suas famílias, enquanto se mostram normalmente contra o envolvimento desses meninos em empreendimentos tão violentos, são também o principal motivador. É temática recorrente, seja nas entrevistas de Bill e Athayde (2006), seja

nas entrevistas de Rommel Rubio (2020), a necessidade e responsabilidade imposta sobre os homens negros, desde muito pequenos, a prover para suas famílias.

É importante frisarmos que, apesar de reflexo da masculinidade enquanto aspecto identitário, essa imposição de um papel de provedor é particularmente significativa devido às condições materiais desses rapazes: como já mencionado, são jovens nascidos em ambientes envoltos em extrema pobreza, com pouco acesso à educação formal e a empregos tradicionais. Enquanto homens, então, essas crianças e adolescentes percebem uma cobrança para que sustentem suas famílias mesmo diante de sua limitação para fazê-lo, e, como consequência, o envolvimento em grupos que, no Brasil, promovem o ganho rápido de dinheiro, e, na Colômbia, promovem a garantia de autossuficiência, mostra-se como alternativa favorável ao suposto papel social desses rapazes.

Apesar do estereótipo construído durante os anos 1980 e 1990 do traficante de drogas como um homem que envolve-se no tráfico para aumentar sua influência, comprar correntes de ouro e ter acesso a mulheres, personificado pelo *gangsta* de hooks (1984), a realidade do tráfico é muito diferente. Em uma pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas (2018)²⁶, a necessidade de sustentar suas famílias é mencionada como fator principal quando jovens rapazes decidem entrar para o tráfico. Ainda, 70,2% dos entrevistados possuíam parceiras estáveis, e, desses, a maioria já tinha filhos. É evidente, tanto em *Falcão* (2006) quanto em *Una Cuestión de Machos* (2020), que o envolvimento em grupos armados ilegais nasce, de maneira bastante literal, da necessidade de prover a si e às suas famílias. Um dos rapazes entrevistados por Bill afirma: “Eu não posso morrer de fome, minha família não pode morrer de fome, nem eu quero que o meu filho morra de fome. O meu filho tem que ter pelo menos leite. Eu fico com fome, mas ele não” (ATHAYDE e BILL, 2006, p. 183).

Em ambas as instâncias, conforme mostrou-se aqui, a fragilidade socioeconômica desses rapazes serve como promotora de seu recrutamento. Entretanto, essa fragilidade em si mesma mostra-se insuficiente quando questionamos, por exemplo, o porquê prevalecem os homens dentro desses mundos imersos em violência. Por isso, integram-se as análises das masculinidades enquanto fenômeno social: como supracitado, o papel social de provedor serve como uma das principais influências nesse processo de tomada de decisão.

O enquadramento desses grupos armados, seja no Brasil ou na Colômbia, como um mundo essencialmente masculino, apesar de proposital, não almeja ignorar a presença das

²⁶ “Novas Configurações das Redes Criminosas Após Implantação das UPPs”.

mulheres. Em verdade, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 62% da população carcerária feminina no Brasil foi condenada por acusações envolvendo drogas, em contraste com os 26% da população carcerária masculina (2017). A princípio, esses dados podem parecer contraditórios com a tese aqui desenvolvida, contudo, uma análise mais cuidadosa demonstra como esses, na verdade, sustentam-na. Quando trata-se de mortes, 55,6% das vítimas masculinas entre os 15 e 19 anos são consequência de homicídios, enquanto as mulheres dentro da mesma faixa etária compreendem 16,2% do total de mortes, número o qual não leva em consideração, ainda, quais dessas vítimas foram vítimas de feminicídio. Essa distinção é particularmente relevante, visto que o número de mulheres assassinadas dentro de sua própria casa, perfil típico de homicídio motivado por gênero, é quase 3 vezes maior do que o número de homens assassinados em suas casas. (Atlas da Violência, 2020)

Além disso, o envolvimento feminino no tráfico de drogas é tipicamente marginal, como evidencia a passagem “No meio da Merla” (ATHAYDE e BILL, 2006), que relata o processo de elaboração da pasta de folhas de coca e envolve uma das únicas mulheres presentes no livro. Além do processo de produção, o empacotamento e a disponibilização de espaços para esconder membros de facções e pacotes de droga dentro de favelas configuram como os com maior envolvimento feminino. Em contraste, como já foi evidenciado, os homens são os que carregam as armas, os que se envolvem em conflitos com a polícia e facções inimigas, e, efetivamente, os que morrem devido à sua atuação dentro do tráfico. Em 2016, dos 33.590 jovens assassinados no Brasil, 94,6% eram homens, e a taxa de homicídio de negros foi 2.5 vezes maior do que a de brancos (Atlas da Violência, 2016). É evidente quem constitui a linha de frente nessa guerra.

Na Colômbia, a realidade é um pouco diferente: como já apontado, a presença feminina constitui entre 29²⁷ e 40%²⁸ da população guerrilheira nas FARC, e, dentre a população analisada por Rubio (2020), 27% são meninas. Apesar da grande flutuação dentre esses dados, a diferença entre o envolvimento de homens e mulheres é particularmente significativo quando contrastado com a população colombiana, constituída 50.8% por mulheres (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2019).

²⁷ Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2017.

²⁸ Jorge Torres Victoria, integrante do secretariado das FARC, em entrevista para a Revista Bocas, 2017.

As FARC, em comunicado realizado no Dia Internacional da Mulher, afirmou que “Em nossa organização, mulheres e homens possuem os mesmo deveres e direitos na luta para tomada do poder político para o povo” (tradução nossa). Apesar dessa suposta igualdade, conforme já discutido, os entrevistados por Rommel Rubio (2020) evidenciam que a situação é outra. O discurso presente dentro desses grupos é carregado de estereótipos associados à masculinidade hegemônica, desde a exigência de força, lealdade, resistência, virilidade e violência, até o tratamento das guerrilheiras como cidadãs de segunda categoria. As mulheres são quase sempre alienadas e marginalizadas, valorizadas apenas quando dentro de relacionamentos com figuras importantes dentro dos grupos armados. Ainda, relatam, dentre os fatores motivacionais para seu envolvimento nesses grupos, uma influência familiar distinta: não sentem a necessidade de sustentá-los ou mostrar suas capacidades como mulheres fortes ou autossuficientes, mas frequentemente escapam de famílias e relacionamentos abusivos e enxergam nesses grupos guerrilheiros uma forma de liberdade impossível dentro das comunidades extremamente patriarcais que habitavam. (RUBIO, 2020; STANSKI, 2014).

Além disso, conforme previamente mencionado, as mulheres envolvidas nos grupos de guerrilha tendem a acabarem responsáveis por atividades e trabalhos tradicionalmente considerados femininos e feminilizantes. Existe, no entanto, a presença ideológica do feminismo marxista dentro desses grupos: em declaração durante as negociações dos Acordos de Paz entre as FARC e o governo colombiano, Manuela Marín, comandante guerrilheira, afirmou que “Nós, as mulheres insurgentes, lutamos como os homens. Uma vez assinado o acordo de paz, continuaremos a lutar contra a injustiça social e a defender os direitos das mulheres”²⁹. Entre as reivindicações do movimento, a inclusão das mulheres como figuras políticas ativas é constante. (RUBIO, 2020; STANSKI, 2014).

São particularidades como as aqui expostas que demonstram o quão complexas são as questões de gênero. Apesar do reconhecimento do binarismo como fundamento nocivo à adequada compreensão do gênero enquanto fenômeno social, argumenta-se que, consoante Guttman (2003), a diferenciação fenomenológica das dinâmicas masculinas e femininas é ainda necessária para esse campo de estudo. Ainda, o estudo das masculinidades não implica na desvalorização do feminismo ou dos estudos de gênero tradicionais, mas sim uma forma de expandir e dar novos propósitos para um campo social essencial.

²⁹ Reportagem de Marie Delcas para a revista Le Monde, 2016

É essencial lembrar que o modelo das masculinidades hegemônicas compreende não apenas fatores identitários, como, conforme mencionado, características pessoais, o que significa que homens com atributos feminilizados, como intelectualidade, sentimentalismo, quietude ou delicadeza são emasculados, vistos como menos-que (CONNELL, 2005). Em certo momento, durante uma entrevista relatada por MV Bill, um homem de codinome Forte começa a chorar, e pede para que parem de filmá-lo. Em uma das raras instâncias onde os autores de *Falcão* discutem direta e abertamente a masculinidade, Bill afirma: "Era contraditório vê-lo chorar, porque ele estava empunhando um fuzil. Suas lágrimas não eram compatíveis com sua arma. Se homem não chora, como um bandido que tinha me contado tantas atrocidades podia chorar?" (ATHAYDE e BILL, 2006, p. 211).

Forte, inclusive, estava envolvido com bocas de fumo desde os 10 anos de idade, conforme relata a Bill, e havia insistido muito para que o deixassem entrar para o grupo, pois "os caras da boca não queriam que ele entrasse para a vida (...) sabiam que ele não tinha tendência para aquilo" (*ibid*, p. 211). Mais tarde, ainda chorando, diz que nunca sentiu o amor de mãe, e Bill ressalta: "parecia arrependido de ter mentido antes para mim, parecia que queria se redimir por ter me induzido a crer que ele era um cara mais sinistro *{sic}* do que o próprio Bin Laden" (*ibid*, p. 213).

Nesse único relato, observam-se dois posicionamentos dentro da hierarquia da masculinidade: o homem de codinome Forte, já bastante emblemático, que empunha o fuzil e se declara mais "sinistro" do que Bin Laden, e o homem que chora, contando a MV Bill sua história de vida e afirmando que qualquer emprego que encontrassem para ele era melhor do que o que tem que fazer para sustentar-se. Forte chega a ser empregado pela Central Única das Favelas (CUFA), com apoio de Athayde e Bill, mas decide voltar às ruas, pois, conforme explica a Bill, o salário que recebe na CUFA não é suficiente para sustentar sua mulher e filho. Quando Athayde e Bill voltam para a favela em que o conheceram, descobrem que Forte está encarcerado. Destino, de certa forma, preferível: é ele o único dos 17 jovens ainda vivo ao fim do projeto. (*ibid*)

Em diálogo com esse relato, Rommel Rubio (2020) apresenta a resposta de um ex-combatente do ELN, de quinze anos de idade, à sua pergunta "o que é ser homem?". O jovem responde:

Você não sabe o que é ser homem, professor? Bem, ser macho, rapaz, ao contrário das mulheres, se atrever a tudo, não desistir de nada... por isso fui para a guerrilha.... Lá quem mandava era o comandante, lá você tem que ser isso, ser leal, e isso também é ser homem, ser fiel à revolução, isso nos diziam a todo momento....Na guerrilha, todos somos iguais, não se distingue entre homens e mulheres... Isso sim, quem manda é o homem, minha mulher sabe, quem manda sou eu, cuido dela, mas eu sou o homem.... (tradução nossa). (RUBIO, 2020, p. 151).

Percebe-se, nesse discurso, o valor que o jovem atribui ao seu envolvimento com o grupo guerrilheiro: até sua definição de seu próprio gênero está atravessada por sua atuação nesse. O diálogo entre Forte e esse rapaz colombiano, apesar de aparentarem possuir atitudes opostas às atividades que realizaram, evidencia como suas identidades são construídas dentro desses grupos armados ilegais. Forte constrói sua imagem enquanto um homem “sinistrão”, tentando intimidar MV Bill empunhando seu fuzil e o adolescente colombiano situa sua identidade dentro da guerrilha: ser homem é ser fiel à revolução. O choro de um e a afirmação “na guerrilha somos todos iguais” de outro, no entanto, exibem a fragilidade de seus próprios discursos.

De certa maneira, as auto-afirmações se confundem com amostras de sua própria fragilidade. Sobre essas contradições, Kimberly Hutchings (2008) afirma:

A lógica da contradição integrada na masculinidade é complementar à lógica do contraste. A característica crucial compartilhada por todos os discursos da masculinidade é que essa não é feminina. É o valor hierárquico fixo atribuído ao masculino e feminino que promove as formas pelas quais a discriminação entre diferentes formas de masculinidade se tornam possíveis. Mas é também essa distinção fixa masculino/feminino que permite a diferenciação de, por exemplo, coragem, racionalidade e disciplina como diferentes aspectos ou gradações das masculinidade, ou seja, como possuindo algo em comum e ao mesmo tempo sendo hierarquicamente diferente de acordo com o contexto (tradução nossa). (HUTCHINGS, 2008, p. 401)

Hutchings entra em acordo com a afirmação de Connell (2005): a masculinidade enquanto normativa é raramente observável na realidade. Seja pelo choro ou pela cor da pele, o homem inserido em qualquer contexto social é um homem contraditório, que se afirma e se contradiz, que sustenta sua masculinidade da maneira que pode. Nos casos aqui observados, onde os meninos estão inseridos em contextos de extrema pobreza e marginalização, onde possuem pouco ou nenhum poder material, o envolvimento com grupos promotores de violência e dominação substitui a auto-evidenciada falta de domínio.

Introduzindo essa percepção, toma corpo a compreensão do envolvimento desses rapazes dentro desses grupos ilegais como um fenômeno inerente associado à sua masculinidade. Afinal, como afirma Durietsmith (2018), as novas táticas de guerra fundamentam-se na performance da masculinidade, e por consequência, os discursos e práticas relacionados a essa estão também conectados aos conflitos. A guerra como ideologia foi integrada a um valor intrínseco do homem, substituindo suas ambições. Consoante Kimberly Hutchings (2008), a própria forma como se discute a guerra hoje evoca inevitavelmente elementos próprios dos discursos da masculinidade, e vice e versa. Essa relação paradoxal expõe como a masculinidade enquanto prática está imersa na guerra enquanto instituição social.

Em diálogo com as propostas de Durietsmith e Hutchings, Dibiyesh Anand propõe em seu artigo *Anxious Sexualities: Masculinity, Nationalism and Violence* (2007) que a exacerbação da violência está ligada à auto afirmação de masculinidade. Trata-se de uma etnografia dos conflitos étnicos entre Hindus e muçulmanos na Índia. Nela, Anand analisa como discursos sobre masculinidade e sexualidade são utilizados como ferramentas políticas, em particular dentro da dinâmica de emasculação do homem Hindu pelo muçulmano: o pacifismo e secularismo da religião dos primeiros evidencia, argumentam os muçulmanos, que esses são homens inferiores, incomparáveis aos homens muçulmanos, viris e poderosos. Uma das conclusões de Anand (2007) é que a masculinidade parece nascer do conflito consigo mesma, onde a inabilidade de corresponder às expectativas da masculinidade hegemônica criam um campo imaginário onde a masculinidade do Outro torna-se uma ameaça. A auto-assertividade por meio da violência, assim, torna-se uma consequência naturalizada da masculinidade.

A proposta de Anand (2007) reflete os discursos observados dentro das entrevistas de MV Bill e Athayde e de Rommel Rubio. Em um dos relatos de Athayde, o autor observa um rapaz de apenas 13 anos que, durante uma briga por conta de um carregamento de drogas, espera no meio da rua enquanto outro rapaz afirma que vai buscar uma arma para matá-lo, respondendo “pode pegar, uai *{sic}*, pode pegar que eu não tenho medo não, ué *{sic}!*” (ATHAYDE e BILL, 2006, p. 97). Pouco depois, o mesmo jovem passa carregado diante de Athayde, que presume que está morto devido à quantidade de sangue que cobre seu corpo. Já um dos entrevistados por Rubio, de 15 anos, relata:

Lá [grupo] não se podia chorar, porque isso é coisa de meninas e ser menina era castigado por esse comandante, desde o primeiro dia que alguém chega te dizem isso, assim se ficasse doente, se algo doesse, se tivesse fome ou o que seja, a única coisa que importava no treinamento era aguentar a negação da dor e demonstrar força e correr (...) (tradução nossa). (RUBIO, 2020, p. 125).

Em ambos, percebe-se discursos que exacerbam a masculinidade e suas características hegemônicas como essenciais, integrados ao dia-a-dia desses meninos. Em um, mesmo diante de uma ameaça à vida do rapaz, esse se reafirma como corajoso, forte, que não tem medo de nada. Já no relato do ex-combatente das FARC, ele demonstra como mesmo dentro de uma organização supostamente inclusiva, os discursos de valorização da masculinidade, inclusive em detrimento do feminino, são constantes. O menino incapaz de ignorar seu próprio sofrimento, que não é tão forte ou não corre tão rápido é taxado como uma “meninha”, ou seja, é emasculado, tem seu gênero negado.

Como fica extremamente claro, particularmente no caso apresentado em *Falcão* (2006), para esses rapazes, constantemente subjugados, com sua masculinidade, suposto símbolo de poder, sempre posta à prova devido às suas condições materiais e à sua negritude, a morte parece, de maneira literal, preferível à emasculação. E, como vem sendo argumentado aqui, é a morte uma consequência frequente dentro desses conflitos taxados por Mbembe (2012) como uma guerra sem fim.

Entender gênero enquanto fenômeno social marcado por consequências materiais está longe de ser uma ideia nova. Dentro do feminismo, o entendimento do ser mulher como fator dotado de uma série de consequências é um conceito essencial à compreensão de sua importância. Na definição de Femicídio adotada pelas Nações Unidas, por exemplo, o gênero enquanto razão para, ou causa dotada de consequências, mostra-se bastante claro: ““Femicídio” ou “feminicídio” são expressões utilizadas para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição” de mulher” (ONU MULHERES, 2016).

Em contraste, o estudo das masculinidades parece limitar-se ainda a tratar dessa enquanto conceito a ser compreendido ora por si mesmo, ora em relação à subjugação da mulher. Essa linha de pesquisa é de suma importância, é evidente, entretanto, nos propomos aqui a analisar as consequências negativas da masculinidade enquanto, conforme analisado,

fator de influência majoritária no envolvimento de jovens rapazes em empreendimentos violentos que os tiram suas vidas.

As trajetórias aqui observadas, compartilhadas por milhares de rapazes no Brasil e na Colômbia, tratam-se, nesse sentido, na convergência de suas características étnico-raciais, de sua latinidade e de sua posição socioeconômica, fatores que dialogam com suas masculinidades para os transformarem nos combatentes das Novas Guerras conforme conceituadas aqui. Conforme argumenta Kimberly Hutchings (2008), a masculinidade é essencial enquanto fator normalizante e justificante da guerra, e vice versa. Dentro de uma composição global onde, conforme argumentam Enloe (1990) e Hooper (2001), as características tidas como masculinas são adotadas pelos Estados como forma de sustentação de suas políticas e imposição enquanto Estado forte, fica evidente a natureza codependente de ambas, e como essa realidade é aplicável e compreensível a níveis macro, ou internacional, e micro, ou individual.

Dessa maneira, nos parece evidente que a masculinidade hegemônica, enquanto fenômeno social, possui um impacto ainda subutilizado na compreensão de conflitos e, ainda, na sua aplicação dentro das Relações Internacionais. Como evidenciaram os casos estudados aqui, a luta pela auto afirmação da masculinidade, enquanto identidade subjugada em conflito com um ideal utópico, instala dentro desses contextos uma mentalidade violenta, competitiva e hiper agressiva onde o demonstrar-se homem excede ambições e, por vezes, a própria vida.

6. Considerações Finais

Apesar da limitação metodológica para elaboração da pesquisa a que nos propomos, em particular a impossibilidade da condução de entrevistas *in situ* devido à impraticabilidade do contato com jovens envolvidos com o tráfico de drogas e restrições geográficas da realização da pesquisa, foi possível a reunião de dados quantitativos e teóricos que demonstraram a complexidade da relação entre masculinidades, etnia/raça e o envolvimento em grupos armados ilegais no Brasil e na Colômbia.

No contexto das Novas Guerras (HUTCHINGS, 2008; MBEMBE, 2012), observam-se conflitos entre civis e o Estado, sustentados por sistemas econômicos subterrâneos, em particular pelo tráfico de drogas, que vitimizam jovens negros latino-americanos. Esses rapazes, sem condições materiais e sem acesso a alternativas

educacionais e profissionais, enxergam no aliciamento em grupos armados ilegais uma opção acessível de sustentarem a si e a suas famílias.

Nesse sentido, as masculinidades e a busca pela masculinidade hegemônica (CONNEL, 2005) figuram como elemento essencial para a manutenção e envolvimento desses jovens em empreendimentos violentos e mortais. É na tentativa de provar-se homem, na valoração das características celebradas dentro da masculinidade, como agressividade, vigor e força, que esses rapazes inserem-se em uma guerra sem fim (MBEMBE, 2012), onde sua morte é consequência frequente e, parece, insignificante. A naturalização da violência como aspecto essencial à masculinidade e as demandas sociais que impõem a necessidade de sustentação de suas famílias desde cedo posicionam esses rapazes dentro desses conflitos, tornando-os soldados por falta de alternativa.

A presente pesquisa, assim, demonstrou a proximidade entre as masculinidades e a manutenção de conflitos a nível internacional (HUTCHINGS, 2008; KALDOR, 1999) e como as consequências materiais do racismo e da vulnerabilidade econômica compõem um sistema que se retroalimenta, perpetuando uma violência masculinizada e masculinizante. Contudo, percebeu-se também a insipiência da temática pesquisada, e a limitação teórica dos estudos acerca das masculinidades dentro das Relações Internacionais, tornando a integração de outros campos de pesquisa uma necessidade para sua elaboração.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Teresa; SOARES, José Francisco. *As Pesquisas Sobre o Efeito das Escolas: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação*. Brasília: Rev Sociedade e Estado, v. 22, n. 2, 2007.

ANAND, Dibyesh. *Anxious Sexualities: Masculinity, Nationalism and Violence*. The British Journal of Politics and International Relations, vol. 9, is. 2, 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/18: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. AI, 2018.

ARRUTI, José Maurício Andion. *Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros*. Porto Alegre: Rev. Horizonte Antropológico, v. 6, n. 14, p. 93-123, 2000.

ATHAYDE, Celso; MV BILL. *Falcão: Meninos do Tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BANCO De La República. *Sustainability Report 2011*. BANREP, 2011.

BANCO MUNDIAL. *Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um Marco de Inclusão*. Washington, DC: World Bank, 2018.

-. *Life expectancy at birth*. The World Bank Data, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN?locations=BR>

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal*. Brasília: Rev. Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, 2018.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Presidência da República: Lei Nº 8.069, 13 de Julho, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COHN, Carol; ENLOE, Cynthia. *A Conversation with Cynthia Enloe: Feminists Look at Masculinity and the Men Who Wage War*. Signs, 28(4), 1187–1207, 2003.

CLAY, A. *Keepin' it Real: Black Youth, Hip-Hop Culture, and Black Identity*. American Behavioral Scientist;46(10):1346-1358, 2003.

CNJ. *Censo Escolar*. 2013

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. University of California Press, 1995.

CONNELL, Raewyn; ASHENDEN D. J.; KESSLER, Sandra; DOWSETT, G. W. *Making the Difference*. Sydney: Routledge Press, 1982.

CONNELL, Raewyn; MESSERCHMIDT, James. *Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept*. Rev. Gender & Society, 19(6):829-859, 2005.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan. *Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate*. Rev. Estudos Feministas [online]: vol.25, n.1, pp.73-97. ISSN 1806-9584, 2017.

CUNIN, Elisabeth. *Identificação territorial, identificação étnica em Cartagena, Colômbia*. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos, v. 25, n. 1, p. 123-143, 2003 .

DANE. *Censo General 2005*. Bogotá: DANE, 2010.

- *Censo 2005; Jóvenes afrocolombianos: Caracterización Sociodemográfica y Aspectos de la Migración Interna*. Bogotá: DANE, 2010.

DAVIS, Angela.. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- *Are prisons obsolete?* Seven Stories Press, 2003.

DELCAS, Marie. *Com 40% de mulheres, Farc colocam gênero na mesa de negociação do acordo de paz*. Le Monde, 2016.

DEPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

DURIETSMITH, David. *Hybrid Warriors and the Formation of New War Masculinities: A Case Study of Indonesian Foreign Fighters*. Rev. Stability: International Journal of Security and Development, 7(1), 16, 2018.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. University of California Press, 2000.

- *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. University of California Press, 1990.

ESPITIA, Pedro Alfonso. *Historia de Colombia* . Bogotá: Mundo Cultural, 2004.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Ed. UFBA, 2008.

FERNANDES, Camila. *A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela*. Rio de Janeiro: Sex., Salud Soc., 2020.

FGV. *Qual a faixa de renda familiar das classes?* Centro para Políticas Sociais da FGV, 2014.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante na Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

- *Parte II: A Juventude: ascensão social e rebelião*. In. A participação social dos excluídos. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. FBSP, 2020.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GIUGLIANI, Beatriz. *O estigma da raça: crianças negras, educação básica e racismo*. Rev. Educação e Diversidade Cultural, v. 3 n. 1, 2014.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Santiago: Revista Isis Internacional, v. 9, p. 133-141, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Rev. Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril, 2016.

GREEN, John. *Left Liberalism and Race in the Evolution of Colombian Popular National Identity*. The Americas, Vol. 57, No. 1, 2000.

GUTTMAN, Matthew. *Changing men and masculinity in latin america*. Duke University Press, 2003.

HALLIDAY, Fred. *Hidden From International Relations: Women and the International Arena*. Millennium, 17(3):419-428, 1988.

HOOKE, Juliet. *Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina*. São Paulo: Rev. Tempo Social, v. 18, n. 2, p. 89-111, 2006.

HOOKE, bell. *Feminist Theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

- *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Boston: South End Press, 1990.

- *We Real Cool: Black men and Masculinity*. Nova Iorque: Routledge Press, 2003.

HUDSON, Rex. *Colombia: a country study*. Washington DC: Divisão de Pesquisas Federal, Biblioteca do Congresso, 2010.

HUTCHINGS, Kimberly. *Making Sense of Masculinity and War*. Rev. Men and Masculinities: 10(4):389-404, 2008.

IBGE. *Censo Demográfico 2016*. IBGE, 2016.

- *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE, 2016.

- *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE, 2018.

- *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. IBGE, 2019.

- *Agglomerados Subnormais: Informações Territoriais*. IBGE, 2020.

INSTITUTO Data Popular. *Levantamento IDP*. Data Popular, 2015.

INEP. *Censo Escolar*. INEP Anísio Teixeira, 2003.

- . *Censo Escolar*. INEP Anísio Teixeira, 2011.
- IPEA. *Atlas da Violência*. IPEA, 2020.
- JABBAS, Andrés. *Etnia y desempeño académico en Colombia*. Cartagena: Documentos de Trabajo sobre Economía Regional, 2011.
- KALDOR, Mary. *New and Old Wars*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- . *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rev. UFRJ, 2016.
- MELO, Jorge Orlando. *Historia mínima de Colombia*. Turner, 2018.
- MELO, Paula. *Taxonomia étnico-racial no Pacífico Colomboequatoriano: metamorfoses da mestiçagem*. Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 16, n. 1, junho, 2015.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MURRAY, J.; CERQUEIRA, DR.; KAHN, T. *Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors*. Rev. Aggressive Violent Behavior Set;18(5):471-483, 2013.
- NG'WENO, Bettina. *Can Ethnicity Replace Race? Afro-Colombians, Indigeneity and the Colombian Multicultural State*. Universidade da Califórnia, 2007.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. São Paulo: Rocco, 1993.
- OBSERVATÓRIO De Favelas. *Novas Configurações das Redes Criminosas Após Implantação das UPPs*. Observatório de Favelas, 2018.
- OCAMPO, Jose A. *Historia Económica de Colombia*. Fondo de Cultura Económica, 2015.
- OLIVEIRA, Adriano. *As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Dados, v. 50, n. 4, p. 699-720, 2007.
- OMS. *World Health Statistics 2012*. Organização Mundial da Saúde, 2012.
- ONU. *Relatório de Assuntos Econômicos e Sociais*. DESA, 2019.
- ONU MULHERES. *Diretrizes Nacionais: Feminicídio*. Brasília: ONU Mulheres, 2016.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2019*. PNUD, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RAMÍREZ, Rafael. *Dime Capitán: Reflexiones sobre la masculinidad*. Rio Piedras: Huracán, 1993.
- REDE Nossa São Paulo. *Mapa da Desigualdade 2018*. São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Alan. *Blackness: Identidade, Racismo e Masculinidades em bell hooks*. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2012.

RODRÍGUEZ, Catherine; SÁNCHEZ, Fabio. *Armed Conflict Exposure, Human Capital Investments, And Child Labor: Evidence From Colombia*. *Defence and Peace Economics*, 23:2, 2012.

RUBIO, Rommel. *¿Una cuestión de machos? Reproducción y exacerbación de las masculinidades de adolescentes en los grupos armados ilegales del conflicto colombiano entre 1999 - 2009*. UNAL, 2020.

STANSKI, Keith. *Terrorism, Gender, and Ideology: A Case Study of Women who Join the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC)* em *The Making of a Terrorist: Recruitment, Training, and Root Causes*, ed. James J.F. Forest. Westport, Conn: Praeger Security International, 2006.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

UNAL. *Censo Socioeconômico - FARC's*. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2017.

UGARRIZA, Juan; CRAIG, Matthew. *The Relevance of Ideology to Contemporary Armed Conflicts: A Quantitative Analysis of Former Combatants in Colombia*. *Journal of Conflict Resolution* 57(3) 445-477, 2012.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. *Nº de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil no 1º semestre em plena pandemia; assassinatos de policiais também sobem*. G1, 2020.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

- . *De quebradores y cumplidores: Sobre hombres, masculinidades y relaciones de género en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

WHITWORTH, Sandra. *Feminism and International Relations Towards a Political Economy of Gender in Interstate and Non-Governmental Institutions*. 1994.

YANCY, George. *Judith Butler: When Killing Women Isn't Crime*. Entrevista para The New York Times, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/10/opinion/judith-butler-gender.html>